

# ASSEMBLEIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE

**5 a 8 SETEMBRO 2024**

Presencial | Campus da FACAMP



GUIA DE  
**PESQUISA** 



## GUIA DE PESQUISA

### ASSEMBLEIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE

# SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA PARA APOIAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

#### **Autores e autoras**

Antonia de Toledo da Conceição	Luíza De Godoy Picarelli Marcolino
Antonio Bassetto de Paula	Manuela Oliveira Souza
Beatriz Pierre Fernandes	Maria Fernanda de Paiva Julidori
Carolina Barbosa Torres	Mariana Cabral Cordão
Fernanda Reberte Maia	Pietra Martins Pinto
Gabriele Ushiroda	Quésia Lorryne Paula Santos
João Vitor Santos	Sabrina de Moura Leite Rabelo
Lara Rocha de Oliveira	Yasmin Cristine dos Santos Castro

#### **Orientadoras**

Professora Dra. Patricia Capelini Borelli  
Professora Dra. Patrícia Nogueira Rinaldi





## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>3</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>REFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS.....</b>	<b>17</b>
Relatórios do PNUMA .....	17
Resoluções e outras decisões internacionais .....	19
<b>OUTRAS REFERÊNCIAS DA ONU.....</b>	<b>21</b>
Outras publicações .....	21
Websites oficiais.....	22
<b>RECURSOS EXTRAS .....</b>	<b>24</b>
Artigos acadêmicos .....	24
Outras referências.....	24
Websites.....	25
Bases de dados .....	26
Documentários.....	29
<b>POSIÇÃO OFICIAL DOS GRUPOS REGIONAIS.....</b>	<b>31</b>
Ásia-Pacífico.....	31
América Latina e Caribe .....	34
África e Liga Árabe .....	39
Europa Ocidental e JUSSCANZ .....	45
Grupos principais e partes interessadas.....	50





## PREFÁCIO

Prezado(a) delegado(a),

Estamos muito felizes com sua participação na Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA) do FACAMP Model United Nations (FAMUN) 2024. Nos alegramos em saber que você aceitou o desafio de participar dessa simulação e, com isso, agir agora para nos ajudar a encontrar soluções para o nosso futuro. Esse será um momento de muito aprendizado e amadurecimento, e gostaríamos que você soubesse que estaremos à sua disposição, desde a pesquisa sobre o tópico até a simulação, para que você tenha a melhor experiência possível nos dias da conferência!

Pensando em salvar hoje o nosso amanhã, nós da equipe do FAMUN 2024 queremos convidar você a pensar, discutir e desenvolver ações que reconsiderem a forma como interagimos com a natureza. Os eventos climáticos extremos estão se tornando cada vez mais constantes, afetando diretamente as vidas de milhões de pessoas e outros seres vivos. Uma resposta para a crise climática-ambiental requer repensarmos a maneira como estamos vivendo nesse planeta. O FAMUN é o ambiente ideal para refletir sobre essas questões que exigem ações imediatas. Nesse processo, a conferência se torna a oportunidade para que você, futuro profissional, conheça novas perspectivas e negocie as diferenças para promover mudanças. O amanhã tem de ser protegido hoje, por isso convidamos você a agir agora!

O primeiro passo para a preparação para o FAMUN é conhecer o tópico da simulação. Para isso, preparamos este guia de pesquisa que tem o intuito de auxiliar e guiar seus estudos sobre o tema “Soluções baseadas na natureza para o desenvolvimento sustentável”. Nas primeiras páginas do documento, você encontrará uma introdução sobre a importância da UNEA e os principais desafios a serem abordados na simulação. Depois disso, haverá uma lista de fontes de pesquisa, que inclui relatórios, resoluções, sites, publicações, entre outros, que auxiliarão você a se aprofundar na pesquisa de preparação para a simulação. Por fim, apresentamos as posições dos grupos regionais, dos grupos principais e das partes interessadas sobre o tema, para orientar a construção de sua estratégia de negociação nos dias do FAMUN.

Frente ao desafio proposto com esse tema, convidamos você a repensar a forma como nós interagimos com a natureza e definir ações que visem um futuro verdadeiramente sustentável, fomentando a harmonia entre os seres humanos e a natureza. E isso deve ser feito em conjunto com as outras delegações. Esperamos que, a partir do diálogo, da diplomacia e do consenso, seja possível encontrar soluções baseadas na natureza que sejam justas, tanto para os seres humanos como para a natureza como um todo!

Atenciosamente,

Luíza De Godoy Picarelli Marcolino – Presidente  
Pietra Martins Pinto – Vice-Presidente  
Gabriele Ushiroda – Secretária  
**Equipe da UNEA 1 – Ensino Médio**





João Vitor Santos Bueno – Presidente  
Carolina Barbosa Torres – Vice-Presidente  
Mariana Cabral Cordão – Secretária

**Equipe da UNEA 2 – Ensino Médio**

Maria Fernanda de Paiva Julidori – Presidente  
Manuela Oliveira Souza – Vice-Presidente  
Beatriz Pierre Fernandes – Secretária

**Equipe da UNEA 3 – Ensino Médio**

Yasmin Cristine dos Santos Castro – Presidente  
Lara Rocha de Oliveira – Vice-Presidente  
Sabrina de Moura Leite Rabelo – Secretária

**Equipe da UNEA – Universidade**

Antonia de Toledo da Conceição – Secretária-Geral do FAMUN 2024  
Antonio Bassetto de Paula – Subsecretário-Geral para Logística  
Fernanda Reberte Maia – Presidente da Assembleia Geral  
Quésia Lorryne Paula Santos – Subsecretária-Geral para Comunicações Globais

**Secretariado Sênior do FAMUN 2024**





## INTRODUÇÃO

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano que ocorreu entre os dias 5 e 16 de junho de 1972, sediada em Estocolmo<sup>1</sup>, a preocupação com as questões ambientais globais têm adquirido uma posição mais central na agenda internacional. Essa preocupação resultou, principalmente, das consequências do processo de desenvolvimento dos países, como o aumento da poluição, a contaminação de rios e dos solos, entre outros fatores. Além de marcar o início da discussão ambiental na agenda internacional, abrindo espaço para a criação do conceito de desenvolvimento sustentável<sup>2</sup>, a conferência trouxe como resultado uma declaração com princípios para equilibrar o crescimento econômico com a proteção ambiental e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)<sup>3</sup> (United Nations General Assembly, 1972, p. 1-2; Abreu et al., 2012, p. 148-150).

O PNUMA está sediado em Nairóbi, no Quênia, sendo a primeira entidade da Organização das Nações Unidas (ONU) sediada em um país em desenvolvimento. O programa tem um caráter técnico e atua com o monitoramento das questões da agenda ambiental, fornecimento de dados e de análises científicas para apoiar a formulação de políticas e a implementação de ações ambientais (United Nations Environment Programme, 2023 c, p. 5).

Quando criado, em 1972, o PNUMA contava com um Conselho Administrativo (*Governing Council*)<sup>4</sup>, composto por apenas 58 Estados-membros, responsáveis por deliberar sobre os temas relacionados às funções do programa (United Nations General Assembly, 1972, p. 1-2). Porém, desde sua criação, o PNUMA tem trabalhado com outros atores, chamados de grupos principais e outras partes interessadas, que

---

<sup>1</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, foi um marco na história da preservação ambiental global. Reuniu representantes de 113 países e mais de 400 instituições governamentais e não-governamentais para discutir os impactos do desenvolvimento humano no meio ambiente. Um ponto central do debate foi a proposta do “desenvolvimento zero”, que defendia a estagnação do crescimento econômico para evitar crises ambientais. No entanto, essa ideia conflitou com os interesses de países em desenvolvimento que buscavam melhorar a qualidade de vida de suas populações por meio do crescimento econômico. A conferência abordou temas como chuva ácida, poluição do ar e uso sustentável dos recursos naturais e resultou na criação de um documento importante sobre preservação e uso dos recursos naturais em escala global, estabelecendo as bases para futuras iniciativas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável (Abreu et al., 2012, p. 148-150).

<sup>2</sup> Desenvolvimento sustentável refere-se a um modelo de progresso que equilibra o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente e o bem-estar social. É uma abordagem que visa atender às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades. O conceito propõe construir um futuro próspero que respeite os recursos naturais, promova a igualdade e proteja o meio ambiente para as gerações vindouras (Nações Unidas Brasil, 2020).

<sup>3</sup> O PNUMA foi estabelecido por meio da resolução 2997(XXVII), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1972 (United Nations General Assembly, 1972).

<sup>4</sup> Um Conselho Administrativo é uma entidade responsável por tomar decisões e estabelecer diretrizes para uma organização ou programa específico. No contexto da ONU, muitas agências e programas têm seus próprios Conselhos Administrativos, compostos por representantes dos Estados-membros. No PNUMA, o Conselho Administrativo é composto por representantes dos Estados-membros que se reúnem regularmente para tomar decisões sobre políticas, programas e atividades relacionadas ao meio ambiente global. Essas decisões podem incluir a aprovação de projetos de conservação ambiental, a alocação de fundos para iniciativas de sustentabilidade e a definição de prioridades para a agenda ambiental global. Tal Conselho desempenha um papel crucial na orientação e no direcionamento das ações e operações do PNUMA, garantindo assim que suas atividades estejam alinhadas com os objetivos e valores dos Estados-membros (United Nations Environment Assembly, 2024 b).





incluem organizações não-governamentais, grupos de representantes de povos indígenas, de mulheres, de crianças e da juventude, entre outros, para impulsionar compromissos globais e coordenar ações para enfrentar os desafios ambientais mais urgentes (United Nations Environment Assembly, 2024 b).

A agenda ambiental ganhou maior visibilidade no início dos anos 1990, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que discutiu meios para implementar o desenvolvimento sustentável. A conferência também direcionou maior atenção a temas específicos da agenda ambiental, como a perda de biodiversidade e as mudanças climáticas, resultando na criação de convenções específicas para tratar dessas questões (Abreu et al., 2012, p. 149-150).

Vinte anos depois, uma nova conferência foi convocada para discutir o andamento dos compromissos estabelecidos na Rio-92: a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro em 2012<sup>5</sup>. A decisão de criar a Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA) foi um resultado dessa conferência, visando a criação de um órgão mais robusto e com representação universal para lidar com os desafios ambientais emergentes desde uma perspectiva do desenvolvimento sustentável – e, mais especificamente, da Agenda 2030 e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que já estavam sendo negociados naquele contexto (United Nations Environment Programme, 2023 c, p. 7).

A UNEA foi oficialmente estabelecida em 2012, como um órgão deliberativo, substituindo o Conselho Administrativo do PNUMA. A principal função da UNEA é a de tomar decisões a respeito de assuntos da agenda ambiental, sobretudo para subsidiar a formulação de políticas e a implementação das normas do direito internacional relacionadas à temática. A UNEA, portanto, é o fórum decisório crucial para as políticas ambientais globais, enquanto o PNUMA fornece o suporte técnico e científico essencial para a implementação dessas políticas. Devido à interdependência desses temas, as decisões são comumente acordadas por consenso entre os Estados-membros (United Nations Environment Assembly, 2024 b).

Diferentemente do Conselho Administrativo que a precedeu, a UNEA é composta pelos 193 Estados-membros da ONU, sendo, portanto, mais democrática. Em questão de liderança, a UNEA é composta por um Bureau, que compreende um(a) presidente, oito vice-presidentes e um relator(a), que auxiliam o(a) presidente na condução geral das negociações. Além dos Estados-membros, compõem a UNEA os grupos principais e outras partes interessadas, que participam ativamente das negociações sobre os tópicos da agenda da Assembleia, embora não possuam o direito de voto. Ainda assim, os grupos principais e as partes interessadas são importantes, pois representam as demandas da sociedade civil e contribuem com conhecimento científico, político e jurídico, evidenciado por suas práticas ativistas,

---

<sup>5</sup> Durante a Rio+20, líderes de todo o mundo se reuniram para discutir questões cruciais relacionadas ao desenvolvimento sustentável global. Um dos principais objetivos da Rio+20 foi avaliar o progresso alcançado desde a Rio-92. Na Rio+20, os participantes discutiram amplamente temas como a economia verde, a erradicação da pobreza e a necessidade de uma governança ambiental eficaz. Além disso, foi debatida a importância de estabelecer metas e compromissos globais para enfrentar os desafios ambientais e sociais do século XXI. A Rio+20 destacou a importância da cooperação internacional e da ação coletiva para enfrentar os desafios ambientais e sociais do nosso tempo. Foi um marco importante na história do desenvolvimento sustentável, demonstrando o compromisso dos países em trabalhar juntos para garantir um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras (Nações Unidas Brasil, 2020).





que promovem pressão política para a responsabilização dos Estados (United Nations Environment Programme, 2023 c, p. 10-11; 15-16).

A UNEA se reúne a cada dois anos para deliberar sobre diferentes temas relacionados à agenda de meio ambiente. Cabe dar destaque à sua 5ª sessão, conhecida como UNEA-5, e que foi realizada em duas partes: uma sessão online em 2021 e uma sessão presencial em 2022, devido ao contexto da pandemia de COVID-19. A UNEA-5 teve como tema central: “Fortalecer Ações pela Natureza para Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. Essa sessão teve um significado especial, pois coincidiu com o 50º aniversário da Conferência de Estocolmo e do PNUMA. Além disso, para lidar com as consequências da pandemia, a UNEA-5 trouxe à tona a interconexão entre saúde humana, saúde ambiental e sistemas econômicos diante do aumento de frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos, destacando a urgência de ações para o combate das alterações ambientais (United Nations Environment Assembly, 2024 a).

Diante de tal tema, a 5ª sessão da UNEA discutiu a restauração dos ecossistemas, a gestão de produtos químicos e resíduos e o combate à poluição plástica, ressaltando a necessidade de ações globais coordenadas. Além disso, houve debates significativos sobre as mudanças climáticas, incluindo medidas de mitigação e adaptação, assim como a importância do envolvimento de comunidades indígenas e povos tradicionais que são mais vulneráveis às consequências da crise climática. Outro ponto importante foi a necessidade de financiamento para promover o desenvolvimento sustentável (United Nations Environment Assembly, 2024 a).

A UNEA-5 também discutiu o papel central da natureza para lidar com os diferentes desafios globais atuais. Nesse sentido, a Assembleia adotou a resolução 5/5, de 2 de março de 2022, a primeira (e única até o momento) sobre o item da agenda “Soluções baseadas na natureza para apoiar o desenvolvimento sustentável”. A UNEA estabeleceu, pela primeira vez e por meio dessa resolução, uma definição sobre o que seriam soluções baseadas na natureza (SbN). Por mais que o conceito já fosse utilizado na academia e em organizações internacionais e não-governamentais, ainda não havia sido estabelecido um entendimento comum entre Estados-membros sobre seu significado. Por meio desta resolução, a UNEA definiu, então, as SbN como:

ações para proteger, conservar, restaurar, usar de forma sustentável e manejar ecossistemas terrestres, de água doce, costeiros e marinhos, naturais ou modificados, que abordem também desafios sociais, econômicos e ambientais, de forma efetiva e adaptável, ao mesmo tempo em que promove o bem-estar humano, serviços ecossistêmicos, resiliência e benefícios para a biodiversidade (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2, tradução nossa<sup>6</sup>).

Uma vez que o conceito é relativamente amplo, a UNEA estabeleceu, por meio da resolução 5/5, alguns critérios para definir as SbN, os quais estão resumidos no Quadro 1 abaixo. Por exemplo, as SbN devem ser centradas na natureza, mas a partir de ações adaptáveis ao contexto local de cada país; elas devem inspirar inovações e a pesquisa científica; devem respeitar as salvaguardas socioambientais e são

---

<sup>6</sup> Do original: “...actions to protect, conserve, restore, sustainably use and manage natural or modified terrestrial, freshwater, coastal and marine ecosystems which address social, economic and environmental challenges effectively and adaptively, while simultaneously providing human well-being, ecosystem services, resilience and biodiversity benefits” (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2).







consideradas essenciais para alcançar os ODS. A resolução reconhece também o importante papel desempenhado pelas SbN no combate à crise climática, mas enfatiza que essas medidas são complementares e não substituem a urgência de ações concretas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2).

**Quadro 1 - Alguns critérios para definição de soluções baseadas na natureza, a partir da resolução 5/5**

<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>
1	Devem respeitar as questões sociais e ambientais e a proteção em relação às comunidades locais e aos povos indígenas
2	Podem ser implementadas a partir da realidade e capacidade de cada um dos Estados-membros
3	Têm a capacidade de estimular a inovação sustentável e a investigação científica
4	Estão diretamente ligadas ao alcance dos ODS, dentre eles: combate às alterações climáticas, vida debaixo da água e vida sobre a terra
5	Devem preservar, restaurar e gerir de forma sustentável os ecossistemas, naturais ou modificados
6	Devem abordar os desafios sociais, econômicos e ambientais, almejando decisões que cubram o bem-estar humano, benefícios para a biodiversidade e a conservação dos ecossistemas
7	Contribuem para a ação climática, melhorando a capacidade de adaptação, resiliência e mitigação das alterações climáticas
8	Devem estar em harmonia com o conceito de abordagens baseadas nos ecossistemas

Fonte: elaboração própria a partir da resolução 5/5 da UNEA (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2).

O alinhamento com as abordagens baseadas nos ecossistemas é outro ponto relevante para a definição de SbN. As abordagens baseadas nos ecossistemas foram definidas na Convenção sobre Biodiversidade de 1992 e reforçadas no Marco Global Kunming-Montreal da Diversidade Biológica, de 2022. Tais abordagens visam a preservação e restauração dos ecossistemas por meio de uma gestão integrada dos solos, da água e de outras entidades vivas e não-vivas que compartilham o mesmo ambiente de forma interdependente (Convention on Biological Diversity, 2024). Assim, as SbN devem estar em harmonia com tais abordagens, no sentido de atuarem em prol da preservação e restauração dos ecossistemas.

As SbN devem ainda ser atreladas ao objetivo de promover padrões de consumo e produção verdadeiramente sustentáveis, que não sejam prejudiciais nem





para a natureza, nem para os povos originários e tradicionais. Nesse sentido, a resolução 5/5 reconhece a importância de incluir na formulação de SbN as perspectivas de comunidades indígenas e tradicionais, já que eles apresentam conhecimentos e visões ancestrais que têm como prioridade a vida humana em harmonia com a natureza (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2-3).

É importante notar que o envolvimento de outros grupos específicos, como comunidades locais, mulheres, jovens e crianças, assegura que as soluções propostas sejam culturalmente apropriadas, socialmente aceitáveis e ecologicamente viáveis, o que vai ao encontro dos critérios estabelecidos para as SbN na resolução da UNEA. Além disso, a participação desses grupos promove maior equidade e justiça social, garantindo que os benefícios das SbN sejam distribuídos de maneira justa e que as vozes das comunidades mais afetadas pelas mudanças ambientais sejam ouvidas e consideradas nas decisões políticas. A inclusão de jovens, especialmente, é crucial para garantir a continuidade das iniciativas de sustentabilidade a longo prazo, fomentando uma nova geração de líderes ambientais comprometidos com a preservação do planeta. Desse modo, a inclusão de todas essas partes interessadas é fundamental para a eficácia, legitimidade e sustentabilidade das SbN, fortalecendo a resiliência das comunidades e dos ecossistemas (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2-3).

A agroecologia é um exemplo de SbN que demonstra como as comunidades locais, especialmente as de mulheres, possuem práticas de manejo sustentável da natureza. Por meio da restauração dos ecossistemas e da biodiversidade, a agroecologia visa implementar um sistema alimentar que esteja em harmonia com a natureza, promovendo assim um ambiente e alimentos mais saudáveis, garantindo a segurança alimentar da população local ao mesmo tempo em que melhora a qualidade de vida das pessoas e do planeta (Choi et al., 2023).

A despeito da importante contribuição da resolução 5/5 da UNEA em prover uma definição de SbN, é possível observar que existem interpretações distintas para o conceito e que são utilizadas em artigos acadêmicos, nas organizações internacionais e não-governamentais, e mesmo nas políticas públicas dos países. Assim, com o objetivo de tornar sua definição mais específica, a UNEA solicitou ao PNUMA que organizasse consultas intergovernamentais com os Estados-membros, grupos principais e outras partes interessadas, com o objetivo de reunir exemplos de boas práticas e avaliar os critérios, padrões e as diretrizes a fim de aprimorar o entendimento e a implementação de SbN (United Nations Environment Programme, 2024).

A compilação de exemplos de boas práticas foi disponibilizada pelo PNUMA e pela UNEA entre 2023 e 2024. Nas submissões feitas nessas consultas intergovernamentais, principalmente por parte dos Estados-membros, ficou evidente que a ampla definição de SbN dificulta um entendimento comum sobre o que efetivamente são essas soluções, uma vez que cada país dá destaque a medidas que se relacionam com seus próprios interesses e que, muitas vezes, até se contradizem (United Nations Environment Programme, 2024). Nesse sentido, é interessante notar a nítida discrepância entre países do Norte Global e do Sul Global<sup>7</sup> no entendimento sobre as SbN.

---

<sup>7</sup> Norte Global e Sul Global são categorias políticas (e não geográficas) utilizadas na ONU para se referir, respectivamente, aos países desenvolvidos e industrializados (especialmente da Europa e da América do Norte); e aos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos (especialmente da América Latina e Caribe, África e Ásia-Pacífico).





De forma geral, os países do Norte Global encaram as SbN como essenciais para o enfrentamento da crise climática, a garantia de segurança alimentar e hídrica e a redução de riscos de desastres e saúde e bem-estar dos seres humanos. Entretanto, fazem isso destacando a importância do uso da tecnologia para assegurar a eficácia das SbN, que seria garantida e mensurada pelo crescimento econômico e pela criação de empregos verdes (United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 1).

Um projeto desenvolvido pela União Europeia chamado *Connecting Nature Enterprise Platform*, que tem por objetivo conectar fornecedores e consumidores de SbN, exemplifica bem o posicionamento dos países do Norte Global de que as SbN são fundamentais para a movimentação da economia e o desenvolvimento de novas práticas econômicas (United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 2). Cabe, no entanto, questionar se a natureza está realmente o foco dessas ações, ou se seria uma forma de retomar o crescimento do mercado a partir de um discurso ambientalmente aceitável.

Para os países do Sul Global, as SbN também representam uma possível solução para as crises climática e ambiental. Mas, diferentemente dos países do Norte Global, a prioridade não é exatamente as tecnologias para a implementação dessas ações, mas sim utilizar as SbN para lidar com questões socioeconômicas. Parte dos países do Sul Global argumenta sobre a importância de promover SbN com base na justiça climática, afirmando que é papel dos Estados mais poluidores liderarem as iniciativas e investimentos em medidas para redução de Gases do Efeito Estufa (GEE), mas sem que isso prejudique outros países, especialmente os em desenvolvimento (United Nations Environment Programme, 2023 a, p. 2).

Essa perspectiva é compartilhada pela Rede do Terceiro Mundo (*Third World Network*), enquanto uma das partes interessadas que compõem a UNEA. Essa organização não-governamental (ONG) defende que as SbN sejam pautadas pelo princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas<sup>8</sup>, estabelecido na Rio-92. Isso significa que as SbN devem levar em consideração as diferentes realidades e capacidades dos países em implementar medidas para lidar com as crises climática e ambiental e outros problemas a ela relacionados, especialmente em termos de financiamento. Nesse sentido, a ONG afirma que é preciso tomar cuidado para que as SbN não sejam integradas aos mercados de compensação de carbono e biodiversidade, os quais – sendo mecanismos de mercado – tendem a reforçar as desigualdades entre Norte e Sul Globais, colocando em risco as comunidades locais tradicionais e a própria natureza, uma vez que favorecem o lucro e a desigualdade socioeconômica (United Nations Environment Programme, 2023 e, p. 1-3).

Há, no entanto, outra parcela de países do Sul Global que levam esse argumento mais a fundo, entendendo as SbN como uma imposição feita pelos países desenvolvidos com o objetivo de driblar os desafios que eles mesmos causaram ao impor uma perspectiva de desenvolvimento pautada pelo extrativismo e exploração

---

<sup>8</sup> O princípio de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” corresponde ao Princípio 7 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma das bases do regime internacional para o meio ambiente. O princípio estabelece que: “Os Estados cooperarão num espírito de parceria global para conservar, proteger e restaurar a saúde e a integridade do ecossistema da Terra. Em vista das diferentes contribuições para a degradação ambiental global, os Estados têm responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que têm na busca internacional de desenvolvimento sustentável, tendo em conta as pressões que as suas sociedades exercem sobre o ambiente global e das tecnologias e recursos financeiros que eles comandam” (United Nations, 1992, p. 9, tradução nossa).





de recursos naturais. A Bolívia é o país que mais dá destaque a essa questão, afirmando que as SbN, por partirem de uma visão eurocêntrica e antropocêntrica, promovem um neocolonialismo ambiental, uma vez que as ações apresentadas como SbN muitas vezes funcionam como um mecanismo de mercado para tentar resolver problemas gerados pelo próprio capitalismo (United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 1).

Os países que possuem maior presença de comunidades tradicionais e indígenas, como a Bolívia e o Equador, entendem que as SbN só seriam realmente eficazes se fossem pautadas por uma visão ecocêntrica, isto é, que tenha como prioridade a natureza e não o mercado e o lucro. Defendem, assim, que é necessário retirar do conceito de SbN o papel mercadológico atribuído à natureza pelo sistema capitalista. Um meio para isso seria reconhecer a natureza como um sujeito de direitos, o que colocaria a natureza como centro das prioridades, ressaltando o papel essencial dos povos indígenas, comunidades locais, mulheres e jovens nesse processo (United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 2-4).

Dessa forma, é possível observar duas linhas principais de abordagem sobre SbN: uma que entende as SbN como um mecanismo de garantir o bem-estar humano, e, assim, fundamentada no antropocentrismo e pela lógica de mercado; e outra que faz um apelo à necessidade de entender e definir essas práticas a partir de uma perspectiva ecocêntrica, pautada pelas abordagens baseadas em ecossistemas e por mecanismos de não-mercado. Uma vez que o conceito de SbN foi formulado a partir do Norte Global, a primeira abordagem tem se sobressaído, tendo o apoio de alguns organismos internacionais e empresas multinacionais. O problema é que, por essa linha, as SbN são vistas como ações que colaboram para a manutenção de obstáculos que resultam do próprio capitalismo, como a desigualdade socioeconômica e a visão da natureza como mera fonte de recursos naturais.

Enquanto isso, a noção de SbN pautadas por uma perspectiva ecocêntrica tem sido apoiada por um número relativamente pequeno de países e alguns dos grupos principais e partes interessadas, especialmente aqueles ligados aos povos indígenas, quilombolas, mulheres e jovens. Para esses grupos, há um esforço para fazer das SbN alternativas concretas ao neocolonialismo ambiental e às práticas de *greenwashing*<sup>9</sup> e outras ações que se colocam como sustentáveis, mas que, na realidade, visam somente o lucro e a promoção de tecnologias que favorecem apenas um número pequeno de pessoas (International Institute for Environment and Development, 2021; United Nations Environment Programme, 2023 e, p. 2-5; United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 3).

Esse esforço em trazer uma perspectiva ecocêntrica importa uma vez que as SbN já são uma realidade e são entendidas, tanto pelo Norte como pelo Sul Globais, como ferramentas cruciais para lidar com os desafios climáticos e ambientais, sendo então instrumentos fundamentais para a implementação dos 17 ODS, especialmente os ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 12 (Consumo e produção sustentáveis), ODS 13 (Combate às alterações climáticas), ODS 14 (Vida debaixo da água) e ODS 15 (Vida sobre a terra).

---

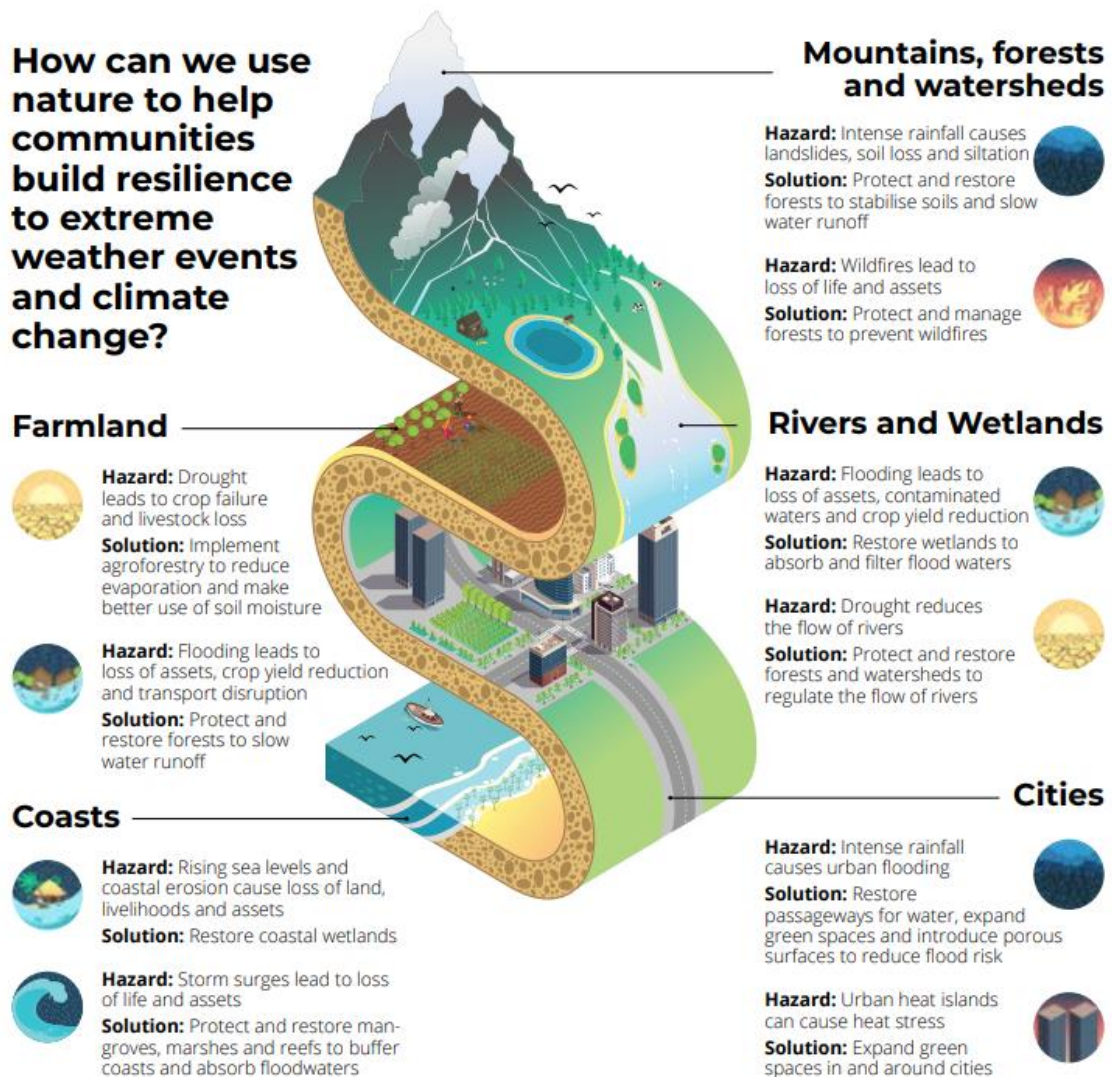
<sup>9</sup> *Greenwashing* pode ser definido como o ato de fazer o público acreditar que uma companhia ou entidade está agindo mais ativamente para a proteção do meio ambiente, quando, de fato, apenas promove falsas soluções para a crise climática e ambiental, que distraem a atenção de ações concretas e verdadeiras (Choi et al., 2023).





Nesse sentido, a UNEA se depara atualmente com alguns desafios para avançar as discussões sobre SbN e garantir que essas ações priorizem a natureza de fato. O **primeiro desafio** diz respeito à implementação de SbN para abordar a tripla crise planetária, entendida como a crise de poluição, a crise climática e a crise da perda da biodiversidade. É válido notar que os três componentes dessa crise derivam diretamente da ação humana sobre o meio ambiente e formam um ciclo vicioso que tende a efeitos catastróficos para todos os seres vivos (United Nations Framework Convention on Climate Change, 2022).

**Figura 1 – Exemplos de soluções baseadas na natureza e como elas contribuem para lidar com a crise climática**



Source: Adapted from Global Commission on Adaptation, *Adapt Now report*, 2019

Fonte: International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies (2021, p. 1).

As mudanças climáticas são um resultado direto da poluição e de outras atividades humanas, em especial das atividades industriais, que são a principal fonte de emissão de GEE, os quais elevam a média de temperatura global, impactando





diretamente o clima e os ecossistemas terrestres. Dessa forma, devem ser pensadas SbN que busquem combater a poluição do ar e a crise climática, diminuindo a concentração de carbono na atmosfera. Dentre as SbN que podem ser efetivas para lidar com essas crises estão a utilização de líquens e algas, o plantio de árvores e a implementação de sistemas verticais de ecologização e *green roofings*<sup>10</sup> (Menon; Sharma, 2021, p. 4-5). Outros exemplos de SbN para lidar com a crise climática são ilustrados na Figura 1 acima.

Ainda relacionado ao primeiro desafio, é necessário abordar como as SbN podem apresentar respostas à perda de biodiversidade. As mudanças nos ecossistemas do planeta, resultantes também de atividades humanas, como a indústria agropecuária, impossibilitam a estabilidade dos diferentes ecossistemas e das espécies de vida que dependem deles (United Nations Framework Convention on Climate Change, 2022). Nas últimas duas décadas, cerca de 100 milhões de hectares de áreas florestais foram perdidas, representando uma queda de 0,7% da área terrestre ocupada por florestas. Além disso, há a estimativa que 1 milhão das espécies do mundo estão ameaçadas de extinção (United Nations, 2023, p. 42-43). Dessa forma, as SbN devem ser implementadas para restaurar a biodiversidade terrestre e marinha do nosso planeta, respondendo, ao mesmo tempo, a outros problemas. Um grande exemplo disso é o reflorestamento, uma solução que é comumente trazida há anos para combater a concentração de carbono. Entretanto, é importante que não se priorize apenas espécies de plantas que tenham um alto consumo de carbono, mas também espécies nativas das regiões, a fim de evitar que a solução para uma crise se torne a fonte de outra (Choi et al., 2023).

Uma questão a ser considerada ainda nesse primeiro desafio são as diferentes capacidades que os países possuem, em termos de recursos financeiros e tecnológicos, para promover e implementar as SbN. Com isso em mente, é importante levar em conta o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, considerando especialmente a questão da justiça climática.

O **segundo desafio** a ser abordado pela UNEA é garantir que as ações propostas como SbN sejam pautadas por uma perspectiva ecocêntrica, ou seja, que coloque a natureza (e não o mercado) como prioridade. Por isso, pensar em mecanismos de não-mercado, conforme especificado pelo artigo 6.8 do Acordo de Paris, de 2015, é um passo fundamental para garantir que as SbN não sejam utilizadas como um discurso para a manutenção de exploração contínua de recursos naturais para benefício de seres humanos, aumentando o risco de perpetuar um ciclo de degradação ambiental e acentuar as consequências da tripla crise planetária em nome do crescimento econômico (Hidalgo-Capitán et al., 2019, p. 14).

O desafio de adotar SbN ecocêntricas é enorme diante da pressão dos sistemas econômicos e políticos existentes, orientados pela maximização do lucro e do crescimento a curto prazo, em detrimento da saúde a longo prazo dos ecossistemas e dos seres vivos de forma geral (United Nations Framework Convention on Climate Change, 2024). Ao integrar medidas ecocêntricas às SbN, a interdependência entre os seres humanos e a natureza é reconhecida, destacando a importância de conservar os ecossistemas e a biodiversidade em prol de todas as formas de vida, não apenas a humana. Isso implica na implementação de políticas

---

<sup>10</sup> Sistemas verticais de ecologização e *green roofings* são estruturas que promovem o crescimento de vegetação em áreas urbanas, como em paredes de prédios e telhados, que auxiliam não apenas na mitigação da poluição do ar, mas também no controle de temperaturas (Menon; Sharma, 2021, p. 5).





e práticas que priorizem a mitigação dos impactos humanos sobre o meio ambiente, assegurando a saúde do planeta para as atuais e futuras gerações (Faria, 2014, p. 8).

Como exemplos de mecanismos de não-mercado, é possível citar o manejo sustentável de florestas para mitigação e adaptação climática, a promoção da resiliência socioecológica e atividades de mitigação com desenvolvimento ou transferência de tecnologia apoiados pelas partes envolvidas (Observatório do Clima, 2024, p. 8). É preciso, para tanto, pensar formas de promover uma mudança de paradigma, no sentido de alterar fundamentalmente a mentalidade e as estruturas das instituições e enfrentar a resistência de setores interessados somente na economia.

Com isso em mente, a inclusão de diferentes grupos políticos, sociais e culturais nas discussões e decisões sobre SbN é crucial e corresponde ao **terceiro desafio** que a UNEA precisa lidar sobre esse tema. Entre esses grupos, destacamos a importância dos povos originários, quilombolas e outros povos tradicionais que possuem uma relação mais harmoniosa com a natureza, sendo inclusive considerados seus guardiões. Nesse sentido, os saberes e o conhecimento dos povos originários podem contribuir significativamente para a promoção de SbN alinhadas à perspectiva ecocêntrica. As mulheres também correspondem a um grupo capaz de fomentar um outro paradigma para lidar com a natureza, sobretudo porque são um dos grupos que mais sofrem com as consequências das mudanças climáticas e dos desastres ambientais. Desse modo, trazer as mulheres para o centro das discussões e dos processos de tomada de decisão é um passo fundamental para garantir que as SbN sejam adaptáveis ao contexto local e alinhadas com as demandas da população. O mesmo pode ser dito em relação às crianças e aos jovens, cujo envolvimento é também importante por criar uma consciência sobre a dimensão dos problemas que as SbN podem ajudar a responder e formar novas lideranças políticas comprometidas com ações que sejam verdadeiramente ecocêntricas. Dessa forma, a UNEA precisa tomar decisões para de fato incluir esses grupos nas discussões e nos processos de tomada de decisão sobre SbN, em todos os níveis.

A partir dos conceitos e desafios discutidos, apresentamos três questões para guiar o debate da UNEA do FAMUN 2024:

1. Considerando a definição e os critérios estabelecidos pela resolução 5/5 da UNEA, como promover e implementar SbN que para responder à cada elemento da tripla crise planetária, isto é, poluição, mudanças climáticas e perda de biodiversidade?
2. Como promover e difundir a perspectiva ecocêntrica para garantir que as SbN sejam pautadas por mecanismos de não-mercado e que priorizem a natureza para lidar com os desafios climáticos, ambientais e socioeconômicos?
3. Quais medidas podem ser tomadas para garantir a inclusão dos povos originários, das mulheres e da juventude na discussão, desenvolvimento e implementação de SbN?

## Referências

ABREU, A. et al. O PNUMA e suas limitações para a governança ambiental internacional. *Frontera Revista de Iniciação Científica de Relações Internacionais*, v. 11, n. 22, p. 141-169, 2o sem. 2012. Disponível em:





- <https://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/10071/9755>. Acesso em: 17 mai. 2024.
- CHOI, E. S.; RAO, R.; CZEBINIAK, R. P. What exactly are "Nature-based Solutions"? *Site Oficial do World Resources Institute*, 4 de dezembro de 2023. Disponível em: [https://www.wri.org/insights/what-exactly-are-nature-based-solutions?utm\\_campaign=NBS101&utm\\_source=LinkedIn&utm\\_medium=social+media](https://www.wri.org/insights/what-exactly-are-nature-based-solutions?utm_campaign=NBS101&utm_source=LinkedIn&utm_medium=social+media). Acesso em: 16 mai. 2024.
- CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. Ecosystem approach. *Website oficial da Convention on Biological Diversity*, 2024. Disponível em: <https://www.cbd.int/ecosystem#:~:text=The%20ecosystem%20approach%20is%20a,t hree%20objectives%20of%20the%20Convention>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- FARIA, J. H. Por Uma Teoria Crítica da Sustentabilidade. *Organizações e Sustentabilidade*, v. 2, n. 1, p. 2-25, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/17796>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- HIDALGO-CAPITÁN, A. L; et al. Los Objetivos del Buen Vivir: Una Propuesta Alternativa a los Objetivos de Desarrollo Sostenibles. *Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo*, v. 8, n. 1, p. 12-16, 2019. Disponível em: <https://red.pucp.edu.pe/ridei/files/2019/08/010.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES (IFRC). Intro to nature-based solutions. *Website oficial da International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies*, 07 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.ifrc.org/document/intro-nature-based-solutions>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (IIED). *Nature-based Solutions or the Ecosystem Approach?* Londres: International Institute for Environment and Development, maio de 2021. Disponível em: <https://www.iied.org/sites/default/files/pdfs/2021-05/20201iied.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- MENON, J. S.; SHARMA, R. Nature-Based Solutions for Co-mitigation of Air Pollution and Urban Heat in Indian Cities. *Frontiers in Sustainable Cities*, v. 3, 8 de outubro de 2021. Disponível em: <https://frontiersin.org/articles/10.3389/frsc.2021.705185/full>. Acesso em 18 mai. 2024.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. A ONU e o Meio Ambiente. *Site Oficial das Nações Unidas Brasil*, 16 de setembro de 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 21 mai. 2024.
- OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Artigo 6 do Acordo de Paris. *Site Oficial da Formações em Clima*, 2024. Disponível em: [https://formacoes.oc.eco.br/docs/\[NegociandoOFuturo\]MaterialDeApoio\\_Bloco3\\_Artigo6.pdf](https://formacoes.oc.eco.br/docs/[NegociandoOFuturo]MaterialDeApoio_Bloco3_Artigo6.pdf). Acesso em: 16 mai. 2024.
- UNITED NATIONS (UN). *Report of the United Nations Conference on Environment and Development*. Rio de Janeiro, 3-14 de junho de 1992, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I). Disponível em: <https://www.un.org/esa/dsd/agenda21/Agenda%2021.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- \_\_\_\_\_. *The Sustainable Development Goals Report 2023 – Special Edition*. Nova Iorque: United Nations, 10 de julho de 2023. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2023.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). A 5ª Sessão das Nações Unidas para o Meio Ambiente. *Site Oficial da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente*, 2024 a. Disponível em: <https://www.unep.org/environmentassembly/pt-br/unea5>. Acesso em: 16 mai. 2024.







- \_\_\_\_\_. About the United Nations Environment Assembly. *Site Oficial da United Nations Environment Assembly*, 2024 b. Disponível em: <https://www.unep.org/environmentassembly/about-united-nations-environment-assembly>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 5 - Nature-based solutions for supporting for sustainable development*. Adopted by the United Nations Environment Assembly at its 5th session, on 7 March 2022, UNEP/EA.5/Res.5. Disponível em: <https://undocs.org/UNEP/EA.5/RES.5>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). *Déclaration de S.E. Monsieur Albert Shingiro, Ministre des Affaires Etrangères et de la Coopération au Développement de la République du Burundi à la 5è Session de l'Assemblée du PNUE*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 a. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38465/D%c3%a9laration%20finale%20PNUE%205.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 mai. 2024.
- \_\_\_\_\_. *EU submission for the intergovernmental consultation following up on the UNEA Resolution 5/5 (UNEP/EA.5/Res.5) on Nature-based Solutions in reply to the co-chairs' invitation to provide input in relation to the overall aim of the intergovernmental consultations and the three specific tasks for the consultations specified in the resolution*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 b. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42345/EU.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Handbook for Delegates to the United Nations Environment Assembly*. Nairobi: United Nations Environment Assembly, 2023 c. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43935/UNEA\\_Handbook.pdf](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43935/UNEA_Handbook.pdf). Acesso em: 25 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Intergovernmental Consultations on Nature-Based Solutions. *Site Oficial do United Nations Environment Programme*, 2024. Disponível em: <https://www.unep.org/about-un-environment/intergovernmental-consultations-nbs>. Acesso em: 26 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Plurinational state of Bolivia position on nature-based solutions*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 d. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42531/Bolivia\\_NbS\\_Submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42531/Bolivia_NbS_Submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 25 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Submission from Third World Network (TWN) on nature-based solutions*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 e. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42349/Network.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 mai. 2024.
- UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION CLIMATE CHANGE (UNFCCC). What are Market and Non-Market Mechanisms? *Site Oficial da United Nations Framework Convention on Climate Change*, 2024. Disponível em: <https://unfccc.int/topics/what-are-market-and-non-market-mechanisms>. Acesso em 25 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. What is the Triple Planetary Crisis? *Site Oficial da United Nations Framework Convention on Climate Change*, 13 de abril de 2022. Disponível em: <https://unfccc.int/news/what-is-the-triple-planetary-crisis>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *Resolution 2997 - Institutional and financial arrangements for international environmental cooperation*. Adopted by the General Assembly at its 27th session, on 15 December 1972, A/RES/2997(XXVII). Disponível em: [www.undocs.org/A/RES/2997\(XXVII\)](http://www.undocs.org/A/RES/2997(XXVII)). Acesso em: 24 abr. 2024.





## REFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS

### Relatórios do PNUMA

#### **Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions Co-Chairs' Summary (2023)**

**Resumo:** Este sumário foi publicado em resposta à resolução 5/5 adotada pela UNEA no ano de 2022, que solicitava uma consulta aos governos sobre iniciativas que estivessem de acordo com a definição de SbN. Assim, o sumário traz exemplos de políticas e boas práticas de diversos países sobre a implementação de SbN. A partir desses exemplos, são levantados alguns critérios e padrões a fim de tornar o conceito de SbN menos abrangente (p. 8-11). São destacados exemplos de países que efetivamente trazem uma visão ecocêntrica para essas ações e colocam a natureza como foco de uma solução viável para o desenvolvimento sustentável. É o caso de São Tomé e Príncipe, com sua Política de Adaptação e Resiliência para a Saúde (p. 23); Chile, com medidas como a Lei-Quadro sobre Mudanças Climáticas (p. 21); Camarões, que integrou a proteção ambiental em sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2030 (p. 23); Bangladesh, com seu Documento sobre Biodiversidade (p. 23); e África do Sul, comprometida com soluções baseadas na natureza (p. 48).

#### **Nature-based Solutions: Opportunities and Challenges for Scaling Up (2022)**

**Resumo:** Elaborado pouco tempo depois da adoção da resolução 5/5 pela UNEA, em 2022, este relatório traz definições e explica a importância das SbN, especialmente para a implementação da agenda de desenvolvimento sustentável (p. 13-14). O relatório ainda reúne alguns dos desafios e preocupações relacionados ao conceito de SbN, como por exemplo, ações que impactam e desrespeitam os direitos de comunidades locais, como povos indígenas (p. 10-11). Além disso, o relatório apresenta exemplos de boas práticas de SbN que estão de acordo com os critérios estabelecidos na definição do termo (p. 15-16). Também são apontados caminhos para avançar em um entendimento comum sobre o que são as SbN (p. 21-25), o que é crucial para as discussões na simulação. Por fim, o relatório traz exemplos e indica maneiras para incentivar as SbN a nível local, por exemplo, pelo envolvimento das comunidades locais nessas iniciativas (p. 28-30).

#### **Nature-based solutions for climate change mitigation (2021)**

**Resumo:** Publicado antes da adoção da resolução 5/5 pela UNEA, este relatório apresenta as diferentes concepções sobre SbN e suas características, destacando as diversas maneiras pelas quais as SbN podem contribuir substancialmente para a mitigação das mudanças climáticas (p. 4-6). Dentre as características, destaca-se o manejo sustentável e a restauração de ecossistemas, naturais e modificados, para enfrentar desafios sociais, ao mesmo tempo que proporciona benefícios para o bem-estar humano e para a biodiversidade. O relatório discute ainda como diferentes SbN podem mitigar as mudanças climáticas (p. 12-15) e, com isso, responder à tripla crise planetária. O documento reconhece, no entanto, as dificuldades enfrentadas para a implementação das SbN. Nesse sentido, é enfatizada a importância de





envolvimento do setor privado e do estabelecimento de parcerias para ampliar as SbN (p. 24-26), assim como a questão do financiamento e apoio dos Estados para a implementação eficaz dessas medidas (p. 26).

**Nature-based infrastructure: How natural infrastructure solutions can address sustainable development challenges and the triple planetary crisis (2023)**

**Resumo:** O documento traz um estudo de como as SbN contribuem para a área de infraestrutura, assumindo que a infraestrutura natural traz possíveis soluções para lidar com a tripla crise planetária. Nessa área, as SbN desempenham funções de proteção, restauração, melhor gestão e/ou criação de recursos naturais, e ecossistemas seminaturais, para fornecer serviços relevantes ao desenvolvimento de infraestrutura em 13 setores específicos (p. 6-10). A publicação reúne exemplos de SbN que foram implementadas na área de infraestrutura voltadas para moradia, educação, energia, finanças, saúde, entre outras (p. 16-19). Além disso, o relatório apresenta estudos de caso, com exemplos concretos de como as SbN contribuíram para a área de infraestrutura em países como Bélgica (p. 20), Sri Lanka (p. 27), Tanzânia (p. 28), Haiti (p. 36) e Serra Leoa (p. 42). Com base nessas discussões, o estudo identifica algumas barreiras que dificultam o avanço das SbN na área de infraestrutura e traz recomendações de como diferentes atores, como investidores, políticos e tomadores de decisão, pesquisadores e a comunidade internacional podem contribuir para ampliar o potencial das SbN rumo ao desenvolvimento sustentável (p. 55-58).

**Making Peace with Nature: A scientific blueprint to tackle the climate, biodiversity and pollution emergencies (2021)**

**Resumo:** Ainda que o foco não seja especificamente as SbN, esse relatório do PNUMA discute a urgência em transformar a relação humana com a natureza de modo a lidar com os atuais desafios da tripla crise planetária (p. 4). A primeira parte do documento traz um panorama de como o atual paradigma de desenvolvimento não respeita os limites físicos do planeta (p. 51-66). Junto a isso, o relatório aponta algumas das consequências que derivam da falta de vontade política para cumprir as metas estabelecidas em acordos internacionais, como o Acordo de Paris e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (p. 67-100). Já a segunda parte do documento aponta caminhos para contornar esse cenário e mostra que, para tanto, é necessária uma mudança sistêmica que altere a forma como a humanidade lida e trata a natureza. Isso pode ser feito por meio da cooperação e pelo compartilhamento de diferentes saberes, além do apoio da tecnologia (p. 101-106). Nesse sentido, o relatório aponta como todos os atores possuem responsabilidades, ainda que distintas, para com a natureza e, mais especificamente, para promover essa mudança sistêmica em prol de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável (p. 133-144).





## Resoluções e outras decisões internacionais

### **Resolution 5/5 – “Nature-based solutions for supporting sustainable development” (2022)**

**Resumo:** A resolução 5/5 adotada pela UNEA em 2022 é a única até o momento que traz decisões sobre o tópico “Soluções baseadas na natureza para apoiar o desenvolvimento sustentável”. A resolução reconhece, primeiramente, a interdependência entre as crises ambiental e climática que assolam o planeta e o desafio de promover o bem-estar humano, apontando as SbN como caminhos para reverter ou ao menos amenizar esse quadro. Nesse sentido, a principal contribuição dessa resolução é a definição do que são SbN, acordada por consenso entre os Estados-membros da UNEA, e quais os critérios para enquadrar diferentes práticas a esse conceito. Um desses critérios, por exemplo, é que as ações devem estimular a inovação sustentável e a investigação científica. O documento reconhece que as SbN podem contribuir de forma significativa para mitigar a crise climática. Para tanto, a resolução ressalta a importância de envolver diferentes atores, especialmente as comunidades locais, a população jovem e os povos indígenas, e garantir o equilíbrio de gênero nas tratativas sobre o tema.

### **Marco Global Kunming-Montreal da Diversidade Biológica (2022)**

**Resumo:** O Marco Global Kunming-Montreal da Diversidade Biológica foi adotada pela Conferência das Partes no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, em 2022. O marco global traz objetivos e metas que devem ser seguidos nos próximos anos para preservar a biodiversidade e garantir o bem-estar das pessoas e, nesse processo, ressalta a importância das SbN e de “abordagens centradas nos ecossistemas” (p. 9-10). O documento também é relevante pois reconhece que a garantia dos direitos, valores e saberes dos povos originários e das comunidades locais é crucial para a preservação da biodiversidade, assim como o reconhecimento dos direitos da Natureza (p. 5). Ao reconhecer os direitos da Natureza e da Mãe Terra, o Quadro não apenas valoriza a biodiversidade e os ecossistemas, mas também promove uma convivência harmoniosa e sustentável entre os seres humanos e o planeta Terra. As SbN devem seguir esse caminho, pois este enfoque centrado nos direitos da Natureza assegura que a preservação da biodiversidade não seja tratada apenas como um meio para garantir recursos que sejam utilitários para os seres humanos, mas sim a partir de seu valor intrínseco como entidades vivas e não-vivas da Natureza. Ao integrar esses direitos na implementação do marco global, a decisão busca garantir que as políticas e ações voltadas para a preservação da biodiversidade respeitem e protejam a Natureza em todas as suas formas, promovendo um bem-estar coletivo e sustentável para todas as formas de vida.

### **Decision 14/5 – “Biodiversity and climate change” (2018)**

**Resumo:** A decisão 14/5 foi adotada pela Conferência das Partes no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, em 2018. A decisão não trata especificamente sobre SbN, mas é mencionado no preâmbulo da resolução 5/5 da UNEA sobre “Soluções baseadas na natureza para apoiar o desenvolvimento sustentável”, pois enfatiza a importância de uma visão ecocêntrica, a partir da ideia de “abordagens baseadas em ecossistemas”, para lidar com as mudanças climáticas





e a redução do risco de desastres. Nessa linha, a decisão aponta para o papel crucial desempenhado pelos povos indígenas e tradicionais em suas práticas e saberes alinhados à essa visão ecocêntrica. O anexo do documento traz a definição do que é uma abordagem baseada em ecossistemas (p. 6-7), assim como exemplos de como essa abordagem é utilizada em ações práticas para adaptação e mitigação das mudanças climáticas e redução do risco de desastres (p. 7-8). Esse anexo é relevante pois, na definição da UNEA de SbN, tais soluções devem estar em harmonia com as abordagens baseadas em ecossistemas.





## OUTRAS REFERÊNCIAS DA ONU

### Outras publicações

#### **Resource Guide for Nature-based solutions: An output from the Intergovernmental Consultations on Nature-based solutions (2023)**

**Resumo:** O guia foi produzido como resultado das consultas intergovernamentais sobre SbN, as quais foram solicitadas pela UNEA em sua resolução 5/5 – “Soluções Baseadas na Natureza para apoiar o desenvolvimento sustentável”. Na primeira seção do guia, é apresentada a definição de SbN e identificadas as três dimensões que permeiam esta definição, isto é, as soluções devem trabalhar com a natureza de diferentes maneiras; devem trabalhar com a natureza de forma sustentável, envolvendo diferentes ecossistemas; e devem ser colocadas em prática para efetivamente trazer soluções, sobretudo para os desafios sociais, econômicos e ambientais (p. 1-2). A segunda seção traz exemplos que possibilitam um melhor entendimento sobre o que são SbN. Primeiro, são compilados outros guias e bases de dados que reúnem exemplos concretos de SbN em diferentes países (p. 4-7). Em seguida, reúne exemplos de SbN em áreas específicas, como SbN para a restauração dos ecossistemas (p. 7-8) e SbN para ecossistemas de montanhas e ecossistemas urbanos (p. 8-11). O guia também traz exemplos práticos de SbN para lidar com desafios sociais, econômicos e ambientais específicos, entre eles: SbN para conservação da biodiversidade, para a ação climática (mitigação e adaptação), para a redução do risco de desastres, para a agricultura e segurança alimentar e infraestrutura (p. 11-17). Com base nos exemplos apresentados, o guia faz um balanço mais técnico das principais características e apresenta propostas e critérios para a implementação de SbN (p. 19-20). A última parte do guia é dedicada à discussão do financiamento para as SbN e analisa quais são as atuais fontes e as oportunidades de financiamento disponíveis para essas ações (p. 40-41).

#### **Economics of Nature-based solutions: Current status and future priorities (2020)**

**Resumo:** Esta publicação foi produzida pela Rede de Economistas da ONU e é parte de uma série de publicações que tratam do tema SbN. O relatório traz uma análise econômica das SbN em áreas específicas, como a mitigação e adaptação climáticas. O documento começa trazendo definições e apresentando o potencial das SbN para lidar com os principais desafios climáticos e ambientais da atualidade (p. 7-10). Nessa primeira parte, é apresentada uma série de tabelas e gráficos que mostram exemplos de SbN para a mitigação climática (p. 14-19). A terceira parte do documento (p. 47) aponta os desafios em “medir” o valor econômico das SbN e de outras ações que partem da abordagem baseada em ecossistemas. Essa discussão é importante para não reforçar mecanismos de SbN que tenham como base a lógica do mercado, que prioriza o lucro em detrimento da natureza. Por fim, a publicação traz cinco recomendações através das quais busca-se uma melhor compreensão e um avanço no trabalho sobre a análise econômica de SbN (p. 51-54).





### **Nature-based solutions for agricultural water management and food security (2018)**

**Resumo:** Este relatório organizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês) discute como as SbN podem ser eficazes para lidar com o desafio do manejo dos recursos hídricos para garantir a agricultura e a segurança alimentar. Primeiro, o relatório aborda o problema da gestão dos recursos hídricos frente ao aumento da demanda pela agricultura junto às consequências das mudanças climáticas (p. 1-4). Em seguida, são apresentadas as SbN e suas contribuições para essa questão (p. 5-9). O documento também apresenta 21 estudos de caso a respeito da implementação de SbN na agricultura, indicando os casos de sucesso e as falhas no processo. México (p. 19), Quênia (20), Irã (p. 24) e Japão (p. 26) estão entre os casos de sucesso.

### **Websites oficiais**

#### **Intergovernmental Consultations on Nature-Based Solutions**

**Resumo:** A página intitulada “Intergovernmental Consultations on Nature-Based Solutions” (em português, “Consultas Intergovernamentais sobre Soluções baseadas na natureza”), compila todos os documentos referentes às consultas intergovernamentais sobre SbN que aconteceram em 2023 a pedido da UNEA em sua resolução 5/5, adotada no ano anterior. No menu localizado à direita da página, na aba “NbS Examples Submitted by Participants”, é possível encontrar exemplos de SbN submetidos por diferentes países, como Austrália, Bélgica, Brasil, Kuwait e Montenegro, e pelos grupos principais e partes interessadas, como a WWF. No mesmo menu, na aba “Final Intergovernmental Consultations on Nature-based solutions”, é possível encontrar submissões por escrito do posicionamento de diversos países acerca do tema, por exemplo: França, Bolívia, Alemanha, Canadá, Estados Unidos, entre outros.

#### **Nature-based solutions**

**Resumo:** O site do PNUMA conta com uma página exclusiva que explica a importância das SbN para as iniciativas do Programa. Primeiro, é apresentado um breve panorama de como as ações junto à natureza podem contribuir para resolver alguns dos problemas atuais relacionados à questão ambiental e climática. Em seguida, é especificada a forma como o PNUMA tem atuado para promover e implementar as SbN, especialmente junto a outras organizações e entidades da própria ONU, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

#### **Biodiversity and Nature-based solutions**

**Resumo:** Esta página da ONU sobre ação climática explica o papel da biodiversidade e das SbN para a conservação e restauração dos ecossistemas e como isso pode ajudar a reduzir os impactos causados pelas mudanças climáticas. Ao trazer o histórico do tema, a página estabelece uma relação entre a saúde humana e a nossa relação com o mundo a partir da pandemia de COVID-19. No fim, são citados de ações no Chile, no México, em Cuba e Samoa.





### **What is the Triple Planetary Crisis?**

**Resumo:** O site da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês) traz uma página dedicada à tripla crise planetária. A página explica a interligação entre poluição, mudanças climáticas e a perda de biodiversidade, que compõem as três faces da atual crise, e traz dados relevantes para compreendermos a dimensão do problema que estamos enfrentando. São ainda pontuadas as iniciativas tomadas para enfrentar essa crise, com destaque para as ações resultantes das convenções sobre o clima e dos programas criados pela própria ONU, como o PNUMA. Contribuindo para a campanha da ONU “Act Now”, a seção final traz alguns exemplos do que nós podemos fazer, a nível individual, para combater a tripla crise, como rever nosso padrão de consumo e cobrar ações concretas por parte dos representantes políticos.







## RECURSOS EXTRAS

### Artigos acadêmicos

#### **Soluções baseadas na Natureza: uma revisão sobre o conceito (2020)**

**Resumo:** O artigo científico de Fraga e Sayago apresenta uma revisão histórica do conceito sobre SbN (p. 69-72) para propor uma revisão da abordagem que pauta esse termo. Escrevendo antes da adoção da resolução 5/5 da UNEA, em 2022, autoras identificam o elevado número de definições existentes para o conceito de SbN (p. 72-73) e contrastam algumas delas. Para contribuir com uma melhor definição e caracterização do termo, elas trazem uma tabela com exemplos do que são SbN (p. 75). No geral, o texto demonstra como as SbN têm sido mobilizadas de forma a usar ou imitar processos naturais para promover, principalmente, o bem-estar social e econômico. O artigo classifica exemplos de SbN em categorias, como: restauração de ecossistemas, infraestrutura verde, gestão baseada em ecossistemas e proteção do ecossistema. A partir desse levantamento, as autoras concluem o artigo apontando como as SbN podem ser implementadas no Brasil na busca pelo desenvolvimento sustentável.

#### **Soluções baseadas na natureza: conceituação, aplicabilidade e complexidade no contexto latino-americano, casos do Brasil e Peru (2021)**

**Resumo:** O artigo de Marques, Rizzi, Ferraz e Herzog é um ótimo material para entender os desafios relacionados à definição do conceito de SbN. Primeiro, os autores traçam uma evolução do conceito, mostrando as diferentes definições e como ele foi adotado por diferentes organismos internacionais (p. 21). Uma grande contribuição do artigo é diferenciar o que são soluções baseadas, inspiradas, derivadas ou apoiadas na natureza, e quando uma ação pode ser considerada uma SbN de fato (p. 23). Com base nessa diferenciação, o artigo discute as oportunidades e os desafios da implementação de SbN no contexto da América Latina e Caribe, considerando especialmente o fato de que o conceito de SbN foi cunhado em países com realidades distintas dos países do Sul Global (p. 24-26). Como estudos de caso, o artigo aborda como o termo SbN tem sido utilizado no Peru (p. 28-36) e no Brasil (p. 37-42) para a gestão de bacias hidrográficas, e aponta a dificuldade em criar indicadores que mostrem os impactos, positivos e negativos, das iniciativas a nível local. Uma conclusão interessante do artigo é o papel desempenhado por práticas e saberes de povos originários e comunidades locais para impulsionar as SbN nos países do Sul Global, que precisam ser mais bem incorporados ao processo de planejamento, monitoramento e tomada de decisão em políticas públicas (p. 44).

### Outras referências

#### **What Exactly Are "Nature-based Solutions"? (2023)**

**Resumo:** A matéria do World Resource Institute (WRI), escrita por Choi, Rao e Czebiniak, traz uma interessante problematização sobre o que são exatamente soluções baseadas na natureza. Para isso, é discutido o caso de Seychelles, na África





Oriental, cujas ilhas mais baixas estão sendo ameaçadas pelo aumento do nível do mar devido à redução e ao desaparecimento dos manguezais. A matéria discute como o governo de Seychelles está utilizando SbN para reflorestar áreas desmatadas e recuperar a biodiversidade local, respondendo ainda a desafios ambientais, sociais e econômicos. A matéria reforça, assim, como as SbN devem ser reconhecidas como mecanismos fundamentais para combater as mudanças climáticas e outros desafios globais atuais. Como conclusão, a matéria explica o que seriam práticas verdadeiramente baseadas na natureza e o motivo desse debate surgir nos dias atuais, além de levantar a questão sobre como a definição precisa ser refinada e quais seriam as melhores formas de implementar as SbN.

### **What are nature-based solutions to climate change? (2022)**

**Resumo:** A matéria publicada pelo Instituto Grantham de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas e Meio Ambiente, e escrita por Mercer, Serin, Pearson e Kyriacou, da London School of Economics and Political Science, aborda como as atividades humanas impactam nos ecossistemas naturais e contribuem substancialmente para as emissões de gases de efeito estufa e, com isso, para o aquecimento global. Assim, o texto destaca as SbN como uma resposta vital para mitigar as mudanças climáticas e a crise da biodiversidade, que são partes da tripla crise planetária, trazendo exemplos como restaurar ecossistemas para que possam absorver carbono da atmosfera e promover uma melhor integração entre a natureza em áreas urbanas e agrícolas. É interessante notar no texto as críticas que são direcionadas a ações que se apresentam como SbN, mas na realidade acabam trazendo impactos negativos para a biodiversidade e para as comunidades locais. Por fim, o texto ressalta a importância de seguir diretrizes que garantam a inclusão das comunidades, a proteção da biodiversidade e a integridade ambiental.

### **Websites**

### **Soluções baseadas na natureza: exemplos implementados por cidades brasileiras (2022)**

**Resumo:** Esta página do World Resource Institute Brasil apresenta como as SbN foram implementadas em diversas cidades brasileiras como estratégias para enfrentar desafios climáticos e urbanos como deslizamentos, alagamentos e enchentes. Exemplos de tais soluções incluem: jardins de chuva, parques lineares, restauração de encostas e agricultura urbana. A página destaca casos específicos de sucesso em cidades como Belo Horizonte, Campinas, Niterói, São Paulo, Recife, Salvador, entre outras, mostrando como essas iniciativas podem ser replicadas em outros municípios para promover a adaptação climática e inclusão social. A matéria discute, por exemplo, como os jardins de chuva e filtrantes ajudam na drenagem e na filtragem de águas pluviais, reduzindo enchentes e melhorando a qualidade da água. Telhados verdes e hortas urbanas promovem a sustentabilidade, melhorando o microclima urbano e fornecendo alimentos frescos. Essas iniciativas são interessantes para aumentar a resistência das cidades frente às mudanças climáticas, além de trazer benefícios sociais, econômicos e ambientais para as áreas em que são implementadas. Por isso, a matéria defende a ampliação de investimentos em políticas públicas que visem a implementação de SbN.





### **A infra verde e você (2024)**

**Resumo:** O projeto "A Infra Verde e Você" foi elaborado pelo Grupo de Interação à Pesquisa em Soluções baseadas na Natureza (GIP-SbN), organizado por alunos de pós-graduação da Universidade de São Paulo. Um dos resultados deste projeto de pesquisa foi a elaboração de um mapa interativo que reúne iniciativas de Infraestrutura Verde (IEV) na cidade de São Paulo. A IEV é considerada uma SbN e é descrita como uma rede interconectada de áreas naturais e espaços projetados que preservam os valores e as funções dos ecossistemas naturais, mantendo ar e água limpos e fornecendo uma variedade de benefícios para as pessoas e a biodiversidade. Na aba "banco de dados", você pode encontrar o mapeamento dos locais em São Paulo onde há projetos de infraestrutura verde, além de informar o endereço, mostrar fotos de alguns dos projetos e apresentar a descrição de qual projeto está sendo feito. O site é muito interessante para analisar os diversos projetos de infraestrutura verde e como eles estão próximos de nós, dentro das cidades. Também é importante para pensar em como eles podem contribuir para a mitigação dos problemas climáticos.

### **Bases de dados**

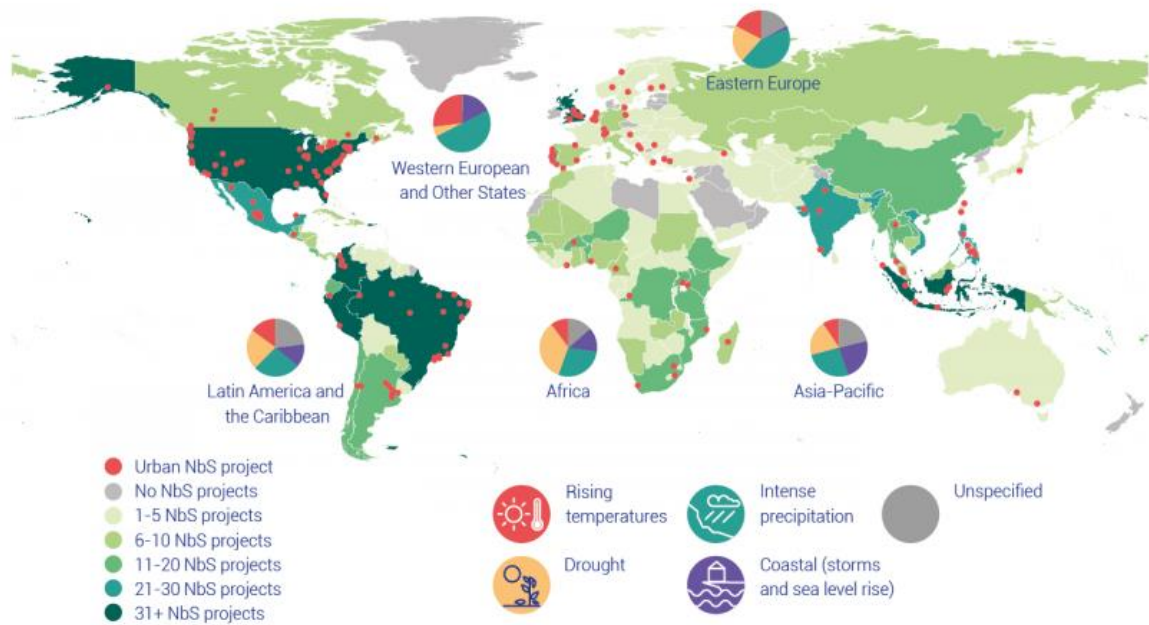
#### **Implementation in nature-based solutions (2021)**

**Resumo:** O site do PNUMA traz um mapa interessante (reproduzido abaixo) para analisar SbN ao redor do mundo. De acordo com o site, desde 2006, mas sobretudo após 2015, cerca de 400 projetos de SbN foram financiados em países em desenvolvimento, voltados especialmente para a área da agricultura e para a gestão de recursos hídricos. O infográfico permite uma comparação do processo de implementação das SbN entre os diferentes países. Se destacam, nesse sentido, alguns países da América Latina e da Ásia, que possuem investimentos mais de 31 projetos de SbN sendo implementados, estando no mesmo patamar de países industrializados, como os Estados Unidos. Dentre os países que possuem de 21 a 30 projetos de SbN implementados, destacam-se o México e a Índia. Em seguida, com 11 a 20 projetos, podemos citar a China, o Chile, a África do Sul, a Etiópia, entre outros. Chama atenção o reduzido número de investimento em projetos de SbN em países como Austrália, Noruega e Suécia. É válido notar ainda os principais problemas que levam ao investimento de projetos de SbN nas diferentes regiões. Enquanto na Europa Ocidental e Oriental a principal preocupação é com o aumento das chuvas (precipitação), na África, a principal questão é a seca e, na América Latina, há uma divisão entre o aumento da precipitação, a seca, o aumento da temperatura média e questões costeiras, como tempestades e o aumento do nível do mar.





**Figura 1 – Mapa global de iniciativas de soluções baseadas na natureza para adaptação climática**



Fonte: United Nations Environment Programme, 2021.

### **The Global Program on Nature-based Solutions: Map of Projects (2022)**

**Resumo:** Administrado pelo Banco Mundial, o Programa Global sobre soluções baseadas na natureza oferece uma compilação abrangente de projetos relacionados a soluções baseadas na natureza em diferentes países. Na plataforma, é possível encontrar uma variedade de informações valiosas sobre projetos em todo o mundo que empregam abordagens ecológicas para enfrentar desafios ambientais, sociais e econômicos. A interface é intuitiva e permite pesquisas detalhadas. Os usuários podem filtrar os projetos com base em uma variedade de critérios, incluindo: localização geográfica, tipo de projeto, problema ambiental abordado, entre outros. Além disso, o recurso de mapa interativo fornece uma visualização geoespacial dos projetos listados, facilitando a compreensão de sua distribuição global e regional. Também é possível aplicar uma legenda ao mapa e observar regiões com risco de alagamento, a porção de áreas verdes no planeta e a temperatura urbana. Os delegados podem utilizar os filtros disponíveis para refinar sua pesquisa e encontrar projetos específicos que correspondam aos seus respectivos países.

### **NBS Knowledge Database (2023)**

**Resumo:** O site *NetworkNature*, financiado pela Comissão Europeia, disponibiliza essa base de dados que reúne conhecimentos sobre SbN com o objetivo de concentrar evidências sobre essas práticas e servir como fonte de informação para políticas públicas, pesquisas, entre outros. A base de dados traz uma vasta coleção de projetos de SbN, que abordam desde práticas locais até políticas globais. Entre os recursos disponíveis estão estudos de caso detalhados. Por exemplo,





pesquisando projetos no Reino Unido, é possível encontrar o caso de restauração de zonas úmidas urbanas para controle de inundações, melhoria da biodiversidade e promoção do bem-estar humano (<https://networknature.eu/nbs-resource/29718>). A base também oferece relatórios técnicos aprofundados sobre a eficiência das SbN em diferentes contextos, e artigos científicos que exploram os benefícios econômicos e sociais das SbN, como a valorização imobiliária e a criação de espaços recreativos, além de ferramentas práticas como guias de planejamento para a integração das SbN em infraestruturas urbanas e rurais. A pesquisa na base de dados pode ser feita por tipo de desafio, como mitigação das mudanças climáticas, adaptação urbana, gestão de recursos hídricos e conservação da biodiversidade, ou mesmo por país, o que facilita a localização de exemplos e informações específicas para a construção do posicionamento dos delegados.

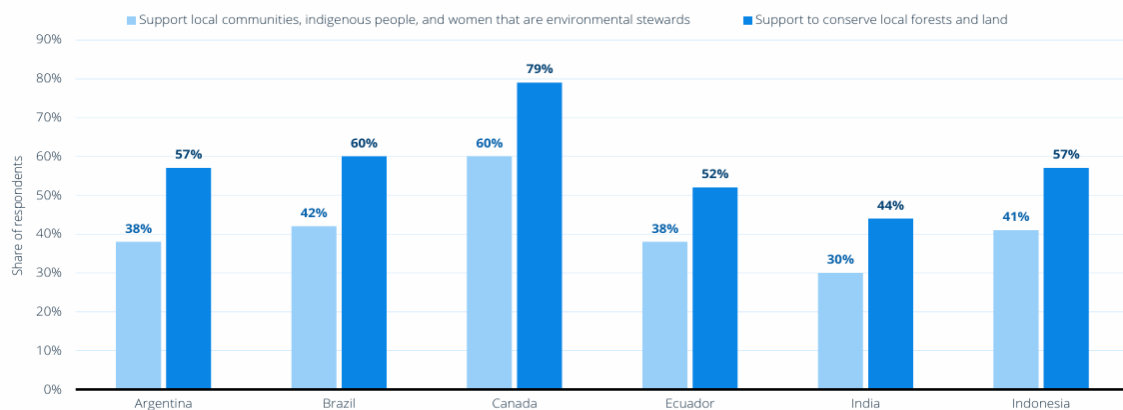
### **Statista overview report on nature-based solutions to the biodiversity and climate crisis (2021)**

**Resumo:** A plataforma Statista publicou, em 2021, um relatório com uma visão geral sobre SbN voltadas para a questão da biodiversidade e da crise climática. Os gráficos abaixo foram retirados desse relatório.

### **Gráfico 1 – Quão populares são as políticas de soluções climáticas baseadas na natureza?**

#### How popular are nature-based climate solutions policies?

Support for climate policies that focus on nature-based solutions in 2020, by selected country



Fonte: Statista, 2021.

O Gráfico 1 ilustra a popularidade das políticas de soluções climáticas baseadas na natureza em seis países, com dados de 2020. As barras em azul claro mostram a porcentagem da população que apoia políticas de SbN voltadas para as comunidades locais, povos indígenas e mulheres como guardiões ambientais. Já as barras em azul escuro mostram o apoio a políticas de conservação de florestas e solos locais. O Canadá se destaca com 60% da sua população apoiando o primeiro tipo de iniciativa e 79% a segunda. No Brasil, 42% apoia o primeiro tipo de política e 60% o segundo. Em contraste, a Índia apresenta menor apoio, com 30% e 44%,

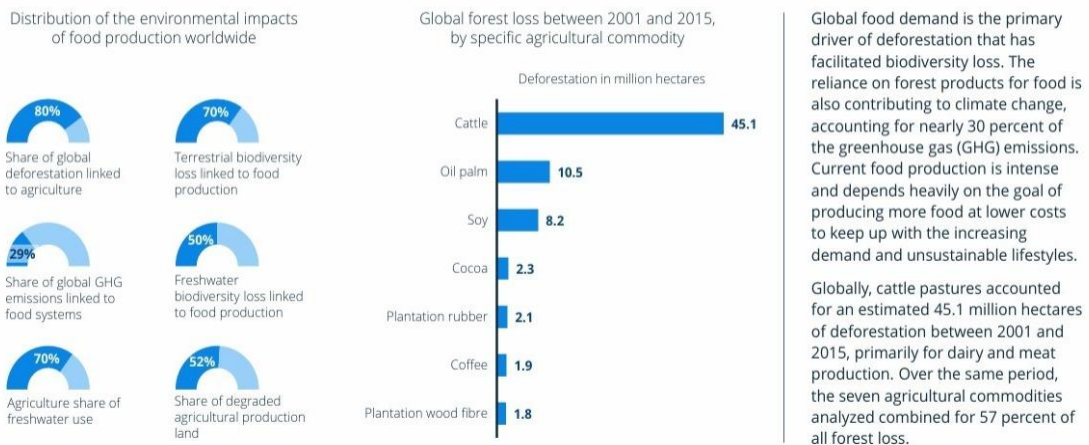




respectivamente. Argentina, Equador e Indonésia mostram variações intermediárias, que refletem as diferentes percepções e necessidades ambientais de cada país, evidenciando a importância de adaptar as políticas de SbN aos contextos locais.

## Gráfico 2 – Sistemas alimentares não-sustentáveis estão gerando perda de biodiversidade

### Unsustainable food system is driving biodiversity loss



Fonte: Statista, 2021.

O Gráfico 2, extraído do mesmo relatório, não trata especificamente das SbN, mas traz dados importantes sobre os impactos ambientais do sistema alimentar global para a perda de biodiversidade, contribuindo para a tripla crise planetária. A produção agrícola é responsável por 80% do desmatamento e utiliza 70% da água doce disponível. Entre 2001 e 2015, a criação de gado resultou em 10,5 milhões de hectares desmatados, seguida pela fibra de plantação, com 8,2 milhões; madeira, com 4,1 milhões; óleo de palma, com 2,3 milhões; e café, com 0,7 milhão de hectares desmatados. A demanda por commodities como carne bovina e cultura de fibras é uma das principais causas do desmatamento, emitindo quase um terço dos gases de efeito estufa, enquanto práticas insustentáveis aumentam a perda de florestas. As SbN visam justamente reverter esse quadro.

## Documentários

### 3x Ártico: O Alerta do Gelo (2024)

**Resumo:** Através de uma narrativa envolvente e cativante, esta série documental mergulha nas profundezas do Ártico e releva não apenas a beleza deslumbrante da região, mas também a devastação silenciosa que as mudanças climáticas estão causando no local. Ao entrelaçar entrevistas com cientistas, ativistas e habitantes locais, o documentário oferece uma visão multifacetada do impacto dessas mudanças, desde o derretimento do gelo até o deslocamento de comunidades





inteiras. Além disso, a série não se limita a apenas apontar os problemas, mas também destaca soluções e iniciativas inovadoras que estão surgindo em resposta a essa crise. Ao assistir aos episódios, os delegados são convidados não apenas a refletir sobre as consequências das ações humanas no Ártico, mas também a reconhecer a necessidade urgente de ação coletiva e colaborativa, baseada na natureza, para enfrentar esse desafio global. Disponível na Globoplay.

### **Trashed (2012)**

**Resumo:** Trashed é um documentário de 2012 que destaca as consequências ambientais e sociais devastadoras causadas pela produção industrial excessiva e má gestão de resíduos que resulta dessa produção. Poluição generalizada, contaminação de recursos naturais e danos à saúde humana são algumas das questões abordadas. O documentário discute as possíveis inovações e soluções que poderiam ser implementadas para mitigar esses problemas, como a promoção da economia circular, que busca reduzir o desperdício e maximizar o uso de recursos através da reutilização e reciclagem. O filme destaca, portanto, a necessidade urgente de ações coletivas e políticas eficazes para mitigar os efeitos prejudiciais dos resíduos em nosso planeta e em nossa sociedade. As SbN podem ser um caminho nesse sentido. É um apelo convincente à conscientização e à mudança! Disponível no YouTube.

### **A Mãe de Todas as Lutas (2020)**

**Resumo:** Este importante documentário de 2020 foca nas raízes históricas e culturais brasileiras para entender a relação entre os seres humanos e a natureza. A Mãe de Todas as Lutas destaca o trabalho de mulheres ativistas na pauta ecológica, como Shirley Krenak, que valorizam os conhecimentos dos povos tradicionais e a sua relação holística com a terra e estão na vanguarda pela busca de proteção e justiça ambiental. O filme enfatiza, principalmente, a relação entre questões de gênero e ambientais, associando a Natureza à mulher. É abordado como as duas são, infelizmente, violadas e oprimidas, apontando causas em comum. Nessa linha, o documentário mostra como as mulheres são frequentemente mais afetadas pelas consequências das mudanças climáticas e da degradação ambiental. Torna-se evidente, portanto, que o debate sobre SbN deve englobar não apenas aspectos ambientais, mas sociais e de gênero também. Disponível no PrimeVideo.





## POSIÇÃO OFICIAL DOS GRUPOS REGIONAIS

### Ásia-Pacífico

Os Estados-membros da UNEA que compõem o grupo regional da Ásia-Pacífico interpretam o conceito de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) como a necessidade de proteger, conservar e restaurar o meio ambiente para garantir a sustentabilidade e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os objetivos em comum que o grupo busca alcançar com a implementação das SbN, estão: a redução dos plásticos, a redução dos Gases do Efeito Estufa (GEE), a busca pela neutralidade de carbono, as questões energéticas e a implementação de uma economia circular.

Nesse contexto, o objetivo ligado às SbN que mais se destaca nos discursos dos países da Ásia-Pacífico é o combate à poluição plástica, uma vez que essa é a maior forma de contaminação dos oceanos da região. Malásia, Índia e Tailândia são países que apresentam a questão do plástico como prioridade. No caso da Malásia, por exemplo, foi estabelecida a política *Malaysia Plastics Sustainability Roadmap* (Roteiro para a Sustentabilidade do Plástico na Malásia, em tradução livre) para tornar a indústria do plástico mais sustentável no país por meio da implementação da economia circular (United Nations Environment Assembly, 2022 a, p. 3). Já o governo da Índia sugeriu a proibição de itens plásticos de utilização única (United Nations Environment Programme, 2022 c) e a Tailândia criou o *Thailand's Roadmap on Plastic Waste* (Roteiro para a Gestão de Resíduos Plásticos na Tailândia, em tradução livre), que possui como meta a reciclagem em 100% dos plásticos até 2027 (United Nations Environment Assembly, 2022 b, p. 3).

Ainda assim, cabe questionar se essas medidas, pelo menos de acordo com as informações apresentadas, se encaixam nos parâmetros necessários para serem consideradas SbN. Isso porque grande parte das ideias apresentadas pelos países da Ásia-Pacífico está mais voltada para a questão da reciclagem ou diminuição da poluição, sem necessariamente enfatizar como irão proteger ou restaurar ecossistemas para esse fim, se distanciando de uma perspectiva ecocêntrica para lidar com a problemática do plástico.

Em relação ao objetivo de redução dos GEE, nota-se que há uma preocupação global sobre o tema, dado o aumento da temperatura média do planeta. Um dos caminhos apontados como SbN são as práticas de reflorestamento, visando a redução e a neutralidade do carbono, uma vez que as árvores são importantes meios de extração de carbono da atmosfera.

Países como Butão e Uzbequistão citam exemplos de boas práticas relacionadas ao reflorestamento e à importância da arborização como SbN necessárias para a captura de carbono no planeta, de forma a combater o aquecimento global e as mudanças climáticas. Em seus discursos, os países citam ações como a manutenção de 60% da cobertura florestal, a arborização das áreas urbanas e a ampliação das áreas de proteção ambiental em seus territórios, o que é essencial para a captura de carbono (United Nations Environment Programme, 2022 a; United Nations Environment Programme, 2022 h). Na mesma linha, o Paquistão destaca o plantio de mais de 2 bilhões de árvores e a intenção de aumentar esse número para 10 bilhões (United Nations Environment Programme, 2022 f). Cingapura traz o interessante conceito de “cidade na natureza” que, por meio de práticas de arborização urbana e da implementação de parques naturais,







visa integrar a natureza às áreas urbanas do país, contribuindo para cidades mais verdes (United Nations Environment Programme, 2022 g).

Nestes últimos exemplos, nota-se o esforço dos países para a restauração de ecossistemas e da biodiversidade ao mesmo tempo em que buscam responder às alterações climáticas, na linha do que exigem os critérios das SbN. Entretanto, é válido notar que apenas o plantio de árvores pode não trazer soluções concretas se não for acompanhado de medidas para reduzir o desmatamento e a extração incessante de minérios e outros recursos da natureza.

A questão energética também é crucial para o grupo da Ásia-Pacífico, uma vez que as fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis são o principal poluente e contribuinte para a emissão de GEE na atmosfera. Países como a República Popular Democrática da Coreia e o Tajiquistão possuem políticas que visam diminuir a dependência de combustíveis fósseis em suas matrizes energéticas por meio do desenvolvimento e construção de usinas hidrelétricas e placas solares, consideradas menos poluentes (United Nations Environment Programme, 2022 d; United Nations Environment Assembly, 2022 c, p. 1-2).

Tais medidas, no entanto, nem sempre respeitam as comunidades locais que habitam no entorno das usinas ou mesmo os animais que possuem ali o seu habitat, o que levanta dúvidas se podem ser consideradas de fato SbN. Além disso, são políticas que não respondem à abordagem ecocêntrica, pois a prioridade não é exatamente a natureza.

De forma geral, os países da Ásia-Pacífico incentivam a cooperação internacional para o financiamento e a transferência de tecnologias, a fim de facilitar a implementação de SbN, uma vez que grande parte dos países da região ainda estão em processo de desenvolvimento. Essa é uma questão que aparece nos discursos de Brunei, por exemplo, que destaca a importância da cooperação com os países desenvolvidos e com outros países em desenvolvimento, bem como a transferência de tecnologias e financiamento para a conservação da natureza e da biodiversidade (United Nations Environment Programme, 2022 b). Camboja também reforça a necessidade de financiamento associada à transferência de tecnologia para a ação climática, para que um impacto a nível global possa ser causado (United Nations Environment Programme, 2022 c).

Dessa forma, é possível observar que as principais ações do grupo para implementar as SbN não são exatamente pautadas por uma perspectiva ecocêntrica, que leve em consideração a natureza como prioridade e caminho para garantir o bem-estar humano. Nesse sentido, um desafio a ser enfrentado pelo grupo é como promover iniciativas que não sejam de cunho mercadológico e que busquem promover a ideia de uma sustentabilidade pautada pela natureza.

## Referências

UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). *Statement by Head of Delegation, Ministry of Environment and Water, Malaysia*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairóbi, Quênia, 28 de fevereiro–2 de março de 2022 a. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38517/Malaysia%20Country%20Statement\\_UNEA%205.2%2c%201%20March%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38517/Malaysia%20Country%20Statement_UNEA%205.2%2c%201%20March%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 18 mar. 2024.





- \_\_\_\_\_. *Statement for Video Recording by H.E. Mr. Varawut Silpa-Archa, Minister of Natural Resources and Environment, Thailand.* Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairóbi, Quênia, 28 de fevereiro de 2022 b. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/39600/THAILAND%20National%20Statement%20for%20UNEA%205.2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Tajikistan Statement.* Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairóbi, Quênia, 28 de fevereiro-2 de março de 2022 c. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38480/Tajikistan%20Statement%20UNEA%205.2%20March%201%2c%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 mar. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Bhutan, Sonam P. Wangdi, Head of Agency, Policy e Planning Services, National Environment Commission. *Youtube*, 1 de março de 2022 a. Disponível em: <https://www.youtube.com/embed/THDwIZEAe1I>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Brunei Darussalam, Nor Imtihan Haj Abdul Razak (Dr.) Permanent Secretary, Ministry of Development. *Youtube*, 1 de março de 2022 b. Disponível em: <https://www.youtube.com/embed/hV2QJ63ugr0>. Acesso em: 21 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Cambodia, Dr. Anil Jasinghe Secretary to the Ministry of Environment. *Youtube*, 14 de março de 2022 c. Disponível em: <https://www.youtube.com/embed/kUaystFYLVc>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Democratic People's Republic of Korea, Jon Chol Su, Vice Minister of Ministry of Land & Environment. *Youtube*, 1 de março de 2022 d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OY5qdBspgcc>. Acesso em: 21 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. India, Ms. Leena Nandan, Secretary Ministry of Environment, Forests and Climate Change. *Youtube*, 2 de março de 2022 e. Disponível em: [https://youtu.be/R827\\_9Rj-Rg?si=4zWiSFdVK6kzmr4](https://youtu.be/R827_9Rj-Rg?si=4zWiSFdVK6kzmr4). Acesso em: 21 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Pakistan, Malik Amin Aslam, Minister of Climate Change. *Youtube*, 1 de março de 2022 f. Disponível em: <https://youtu.be/5fQJp6FURZ4?si=qNg8syNGPuVteZbO>. Acesso em: 21 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Singapore, Grace Fu, Minister of Sustainability and Environment. *Youtube*, 28 de fevereiro de 2022 g. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F3OVT8ljhRg>. Acesso em: 22 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Uzbekistan, O Narzullo Naimovich, Chairman of the State for Ecology and Environmental Protection. *Youtube*, 1 de março de 2022 h. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mCL6-ehGQE8>. Acesso em: 22 mar. 2024.





## América Latina e Caribe

Para o Grupo de Países da América Latina e Caribe (GRULAC), a definição de SbN corresponde a ações, de curto e longo prazo, que viabilizam formas de reduzir os impactos das ações humanas na natureza por meio de práticas sustentáveis que envolvam, por exemplo, a economia circular, a geração de empregos verdes e a proteção das florestas e da biodiversidade. Essas ações buscam se distanciar do paradigma de exploração da natureza, visando sua proteção e preservação.

O GRULAC busca promover SbN como políticas públicas para integrar a sociedade e os ecossistemas como um todo. Principalmente em países com forte presença de povos originários, como a Bolívia, esse movimento deriva do entendimento de que todos os seres vivos, humanos ou não-humanos, são afetados pela degradação ambiental e pela crise climática. Assim, as políticas desses países compreendem uma visão mais ampla e holística da ecologia, envolvendo também a sociedade, e não enxergando a natureza apenas como uma fonte de exploração de recursos para gerar lucros (United Nations Environment Programme, 2022 b).

Tendo em vista os discursos dos países da região na 5ª sessão UNEA, em 2022, as práticas de SbN são consideradas de extrema importância para o enfrentamento tanto da tripla crise planetária (poluição, clima e perda da biodiversidade) quanto de crises econômicas. Os Estados-membros que compõem o GRULAC são muito vulneráveis aos impactos das crises ambientais, por serem dependentes economicamente de setores sensíveis ao clima, como a agricultura. As SbN são interessantes para o GRULAC porque propõem uma forma diferente de lidar com os problemas ambientais e climáticos, de modo que a natureza não seja prejudicada ainda mais, garantindo maior sustentabilidade também para a economia.

Essa é uma prioridade para Granada, que – como um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (do inglês, *Small Island Developing State*) – reconhece a importância da natureza para os seres humanos, para garantir tanto qualidade de vida, saúde e fonte de alimentos, quanto o desenvolvimento e a prosperidade econômica. O país também reconhece a natureza como elemento crucial e urgente para auxiliar no combate à tripla crise planetária, o que vai ao encontro da proposta das SbN. Um desafio que o país enfrenta, no entanto, é o financiamento e o acesso a tecnologias que viabilizem a implementação dessas medidas (United Nations Environment Programme, 2022 g).

O financiamento e o acesso a tecnologias de ponta é uma questão para diversos países latino-americanos e caribenhos, o que coloca a cooperação internacional como prioridade de negociação na UNEA para implementar SbN visando o desenvolvimento sustentável. Essa foi uma das questões centrais apresentada, por exemplo, pelo Brasil durante a 5ª sessão da UNEA (United Nations Environment Programme, 2022 c).

Alguns países que compõem o GRULAC apresentaram propostas de SbN que resgatam os valores ancestrais dos povos indígenas, refletindo a riqueza da diversidade étnica dos países da região. Ao reconhecer e considerar o conhecimento tradicional dessas comunidades, esses países se comprometem com a preservação ambiental e a promoção da justiça social e cultural, alinhados aos critérios de SbN. O exemplo do Equador ilustra esse caso, ao incorporar a transição ecológica como parte das políticas públicas, para que se alinhem aos valores e princípios dos povos





indígenas de respeito à natureza enquanto ser vivo (United Nations Environment Programme, 2022 f). A Bolívia também enfatiza o equilíbrio entre seres humanos e natureza, por meio de uma abordagem que considere os saberes ancestrais como fundamentais (United Nations Environment Programme, 2022 b). Já a Guatemala ressalta a contribuição dos povos indígenas e comunidades locais na preservação da biodiversidade e na gestão sustentável dos recursos naturais, promovendo uma visão inclusiva e participativa para a conservação do meio ambiente (United Nations Environment Programme, 2022 h). Nesse sentido, o GRULAC contribui com as SbN para a promoção do desenvolvimento sustentável a partir da visão dos povos indígenas e tradicionais, que há séculos mantêm uma conexão profunda e respeitosa com a natureza.

Alguns membros do GRULAC ressaltam a importância da proteção de áreas marítimas e terrestres, criando leis e medidas práticas para restituir a biodiversidade dos oceanos, diminuir a pesca predatória e responsabilizar empresas e demais produtores pelo descarte inapropriado de resíduos no meio ambiente, priorizando o cuidado com a natureza. As práticas adotadas pelo Equador são exemplos de SbN, como a expansão da conservação marinha em Galápagos que, aumentando as áreas marítimas a serem protegidas, se alinha ao objetivo de preservar e restaurar os ecossistemas. O país também adotou uma política de "zero lixo marinho", a qual reflete uma abordagem de gestão ambiental que busca emular os processos naturais de reciclagem e regeneração, minimizando a interferência humana negativa nos ecossistemas. Essas práticas demonstram um compromisso com a natureza, a sustentabilidade e a conservação dos ecossistemas locais (United Nations Environment Programme, 2022 f).

Uma questão em comum abordada pelo grupo envolve o enfrentamento da crise global de plásticos. A produção e o consumo desenfreados e irresponsáveis desse material sobrepõem as mudanças climáticas com o aumento de gases estufa através da queima de combustíveis fósseis, expande os níveis de poluição no planeta e contribui para a perda de biodiversidade, agravando a saúde humana e o bem-estar animal. Sem contar o problema do consumo de microplásticos, cujas consequências ainda estão sendo estudadas (Dena, 2024). No contexto das SbN, países do GRULAC como Jamaica e Uruguai propõem medidas concretas e vinculativas para reduzir o impacto do material nos ecossistemas. A Jamaica está promovendo a implementação de medidas vinculativas para reduzir o uso de plásticos, enquanto o Uruguai propôs a criação de um comitê intergovernamental dedicado às negociações de plásticos (United Nations Environment Programme, 2022 i; United Nations Environment Assembly, 2022, p. 1).

No entanto, é importante ressaltar que as iniciativas citadas podem não ser consideradas verdadeiramente como SbN. Embora tais medidas abordem diretamente o problema da poluição plástica e trazem benefícios ambientais significativos, a valorização subjacente do capitalismo ainda pode estar presente. Isso ocorre porque as negociações sobre plásticos frequentemente envolvem interesses econômicos e comerciais que podem não estar completamente alinhados com os princípios das SbN. Para que essas medidas possam ser consideradas SbN genuínas, elas precisam incorporar uma abordagem holística que vá além da simples mitigação dos impactos ambientais, promovendo uma transformação sistêmica que valorize e fortaleça os serviços ecossistêmicos. Isso significa não apenas reduzir o uso de plásticos, mas também regenerar os ecossistemas afetados, promover a biodiversidade e implementar práticas que reforcem a resiliência natural das paisagens, sem deixar de lado os desafios econômicos e sociais.





No contexto do GRULAC, as perspectivas sobre a questão energética emergem como elemento fundamental para abordar os desafios climáticos e econômicos. Durante a 5ª sessão da UNEA, os países da região expressaram a urgência de promover a transição para energias renováveis e sustentáveis como parte de seus esforços para mitigar as mudanças climáticas. Tanto o Brasil quanto o Chile possuem vastos recursos naturais para a produção de energia limpa e têm buscado alternativas significativas nesse sentido. O Brasil destacou a cana-de-açúcar como fonte para a produção de bioeletricidade-bioetanol, visando diversificar sua matriz energética e promover o uso de fontes renováveis. Enquanto isso, o Chile tem investido ativamente em fontes de energia limpa, como solar e eólica, para diversificar sua matriz energética (United Nations Environment Programme, 2022 j; United Nations Environment Programme, 2022 d).

Assim como os exemplos relacionados à redução do uso de plásticos na Jamaica e no Uruguai, é possível questionar em que medida as iniciativas apontadas como SbN pelos países da região em relação à questão energética estão de acordo com uma visão ecocêntrica de valorização da natureza como fonte de vida, e não de recursos materiais a serem explorados. Embora a transição para energias renováveis ajude a minimizar problemas ambientais causados pela humanidade, ela não necessariamente se baseia em apoiar a natureza, mas muitas vezes foca no potencial de lucro. No caso do Brasil, a política do etanol é apresentada como um exemplo de SbN, mas desconsidera os impactos sobre a biodiversidade causados pela monocultura de cana utilizada nessa iniciativa, a qual é favorável a setores do agronegócio. Esses exemplos mostram que existe uma diversidade de abordagens sobre SbN dentro do GRULAC, principalmente em relação à questão energética, refletindo a complexidade das políticas ambientais na região e a necessidade de uma cooperação multilateral eficaz para enfrentar os desafios energéticos e ambientais comuns.

Desse modo, embora parte das interpretações dos membros do GRULAC sobre SbN sejam apresentadas como abordagens para promover um meio ambiente limpo e seguro para a vida, é importante questionar se essas medidas estão genuinamente baseadas na natureza ou se são apenas estratégias que utilizam a retórica ambiental para outros propósitos. É crucial examinar se essas ações realmente respeitam os princípios da sustentabilidade, o equilíbrio ecológico e o compromisso com a questão social.

Ainda assim, é interessante notar que a maior parte dos países da GRULAC associam as SbN às questões econômicas e sociais, como Costa Rica, Belize e Santa Lúcia. A Costa Rica destaca a proteção da natureza para impulsionar o crescimento econômico e a criação de empregos no país. Já Santa Lúcia entende as SbN como essenciais para lidar com mudanças climáticas e garantir água potável e alimentos. Belize, por sua vez, tem estabelecido políticas e metas para abordar a perda de biodiversidade. A Guatemala também adota estratégias para conservar 30% de suas áreas marinhas e terrestres, melhorando a qualidade de vida e integrando comunidades locais (United Nations Environment Programme, 2022, e; United Nations Environment Programme, 2022 a; United Nations Environment Programme, 2022 k).

É importante considerar que muitos dos países do GRULAC são categorizados como países em desenvolvimento, o que pode levá-los a preocupar-se com os potenciais impactos das SbN em suas economias. A adoção de medidas que priorizem a conservação ambiental pode levantar questões sobre o crescimento econômico e a geração de empregos, especialmente em setores tradicionalmente dependentes de recursos naturais. Portanto, enquanto buscam implementar SbN,





esses países ainda enfrentam o desafio adicional de equilibrar as necessidades de preservação ambiental com os imperativos de desenvolvimento econômico e social capitalista.

Esta tensão entre a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico pode influenciar a forma como as SbN são concebidas e avaliadas, sendo, então, fundamental questionar e avaliar constantemente a eficácia e a autenticidade das soluções que estão sendo propostas e implementadas. Cabe, por exemplo, considerar a forma de implementação das soluções de Costa Rica, Belize e Santa Lúcia, e se estão abordando os desafios ambientais de forma holística. A simples adoção de políticas ambientais abrangentes, como foco também na questão social, e o investimento em práticas sustentáveis podem não ser suficientes se não houver uma compreensão profunda da interconexão entre ecossistemas e sociedade, bem como uma abordagem verdadeiramente centrada na conservação e regeneração da natureza.

Em conclusão, para enfrentar os desafios ambientais, econômicos e sociais do GRULAC, é essencial adotar abordagens integradas que valorizem SbN que apoiem verdadeiramente a natureza e sejam adequadas para as necessidades do Sul Global. Promover a cooperação multilateral, entre os países da região e além, é crucial para superar esses desafios compartilhados, já que a proteção das florestas, a redução do uso de plásticos, a promoção de energias renováveis e a preservação da biodiversidade são questões que ultrapassam fronteiras e, ao mesmo tempo, são aspectos fundamentais para garantir um futuro sustentável e resiliente.

## Referências

- DENA, H. UNEA-6: How Plastic Pollution is Accelerating the Triple Crisis. *Greenpeace*, 28 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/65548/unea-6-how-plastic-pollution-is-accelerating-the-triple-planetary-crisis/>. Acesso em: 09 abr. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). *Intervención de la Delegación de Uruguay en nombre del Gobierno y el Ministro de Ambiente de Uruguay*. UNEA 5.2, Nairóbi, 1 de março de 2022. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38636/Intervencio%c3%acn\\_Delegacio%c3%acn\\_UY-Ministro\\_de\\_Ambiente-UNEA-5.2.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38636/Intervencio%c3%acn_Delegacio%c3%acn_UY-Ministro_de_Ambiente-UNEA-5.2.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 28 mar. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Belize, Mr. Orlando Habet, Minister of Sustainable Development. *Youtube*, 14 de março de 2022 a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z7vPkV9hjQw>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Bolívia, Mr. Magín Lopes, Vice Minister of Environment and Water. *Youtube*, 14 de março de 2022 b. Disponível em: [https://youtu.be/Zx7O2F\\_Z5xl?si=eWfuJH\\_tfWhQ9ISX](https://youtu.be/Zx7O2F_Z5xl?si=eWfuJH_tfWhQ9ISX). Acesso em: 27 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Brazil, Mr. Silvio José Albuquerque e Silva, Ambassador, Permanent Representation of Brazil to UNEA. *Youtube*, 14 de março de 2022 c. Disponível em: <https://youtu.be/UeObGe9A2C0?si=8x1ZXORzWoDfflo>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Chile, Mr. Javier Naranjo, Minister of Environment. *Youtube*, 14 de março de 2022 d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-W1teXjM6mk>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Costa Rica, Andrea Meza Murillo, Minister of Environment and Energy and Vice President of UNEA. *Youtube*, 14 de março de 2022 e. Disponível em: [https://youtu.be/mAa5F6fZJS8?si=b\\_8keR-79pxeOeFs](https://youtu.be/mAa5F6fZJS8?si=b_8keR-79pxeOeFs). Acesso em: 27 mar. 2024.





- \_\_\_\_\_. Ecuador, Mr. Gustavo Rafael Manrique Miranda, Minister of Environment, Water and Ecological Transition. *Youtube*, 14 de março de 2022 f. Disponível em: <https://youtu.be/B9ZmVQgj9S0?si=672oD1mxhMW0Rttt>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Grenada, Mr. Simon Still, Minister for Climate Resilience and the Environment. *Youtube*, 14 de março de 2022 g. Disponível em: <https://youtu.be/LFzu9rPLi7A?si=JUn9pOEqGSNDHA8q>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Guatemala, Mr. Nery Martin Mendez, Vice Minister of Environment and Natural Resources. *Youtube*, 14 de março de 2022 h. Disponível em: <https://youtu.be/iakoqkqksQc?si=T3qVENb64e3xtANq>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Jamaica, Mr. Matthew Samuda Minister Without Portfolio in the Ministry of Economic Growth and Job. *Youtube*, 15 de março de 2022 i. Disponível em: [https://youtu.be/ci3DEksZ50U?si=jQMjJ\\_NbgxbEaT8m](https://youtu.be/ci3DEksZ50U?si=jQMjJ_NbgxbEaT8m). Acesso em: 9 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. NbS Examples Submitted by Participants. Brazil. *Website oficial do United Nations Environment Programme, 2022 j*. Disponível em: <https://www.unep.org/about-un-environment/intergovernmental-consultations-nbs/nbs-examples-submitted-participants>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- \_\_\_\_\_. Saint Lucia, Mr. Shawn Edward, Minister of Education, Sustainable Development, Innovation&Technology. *Youtube*, 15 de março de 2022 k. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EQ0I7kb8Yf0>. Acesso em: 9 abr. 2024.





## África e Liga Árabe

Na 5ª sessão da UNEA, a definição de SbN apresentada pelos países africanos e os países que integram a Liga Árabe<sup>11</sup> não ficou clara, visto que muitos países não mencionaram o conceito e, quando o fizeram, discutiram o tema de maneira abrangente. Esse é o caso do discurso das Ilhas Maurício, que afirma que as SbN e a abordagem ecossistêmica devem ser o cerne das políticas ambientais, mas não explica o que seriam as SbN ou como implementá-las (United Nations Environment Programme, 2022 l). A África do Sul, fazendo referência à amplitude do conceito de SbN em seu discurso, afirma que é necessário ter cautela com definições imprecisas e que sugerem que a natureza pode arcar com a responsabilidade de se recuperar por conta própria dos danos causados pela atividade humana (United Nations Environment Programme, 2022 n).

Frente à abrangência do conceito, nas consultas informais realizadas pelo PNUMA, em 2023, sobre a definição de SbN adotada pela UNEA em sua resolução 5/5, os países africanos declararam que é necessário estabelecer critérios e padrões mais claros para que seja possível avançar na discussão das SbN, além de destacar o papel da ciência na implementação dessas práticas (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2; United Nations Environment Programme, 2023, p. 1). No mesmo documento, são mencionados diversos exemplos de boas práticas dos países africanos, como o combate à desertificação e a restauração dos ecossistemas, bem como desafios relacionados às SbN, como a falta de financiamento e de mecanismos jurídico-regulatórios para avançar na implementação dessas medidas.

Os países da Liga Árabe também reconhecem a importância das SbN. O Bahrein destacou que o país implementa SbN para mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas, por meio da ampliação de mangues e de áreas verdes em seu território (United Nations Environment Programme, 2022 b). O Irã, apesar de não fazer parte oficialmente da Liga Árabe, se alinha às posições do grupo no tema. O país entende que as SbN, quando pautadas por evidências científicas e conhecimentos tradicionais sobre ecologia, são instrumentos importantes para a restauração dos ecossistemas e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial dos ODS 11, 13, 14 e 15. O país também ressalta o papel crucial da juventude, das mulheres e dos povos originários para a restauração dos ecossistemas, alinhados aos critérios das SbN (United Nations Environment Programme, 2022 i).

Com isso, vale destacar que países árabes e africanos convergem quanto à necessidade de implementar SbN e fortalecer a cooperação regional, sobretudo para lidar com os desafios que resultam da relação entre a crise climática, a vulnerabilidade de áreas em conflitos armados e a extrema pobreza. A Etiópia destacou que a natureza pode auxiliar os países a resolver problemas econômicos, sociais e mesmo de segurança. Por exemplo, ao restaurar os ecossistemas e aprimorar a atividade agrícola, as SbN podem criar oportunidades de emprego. O país apresentou também a iniciativa *Green Legacy* (Legado Verde, em tradução livre), uma política para aumentar o número de árvores não apenas na Etiópia, mas também em países vizinhos, reforçando a importância da cooperação regional para recuperar áreas degradadas. Ainda assim, reconheceu que a transferência de

---

<sup>11</sup> Os países que compõem a Liga Árabe são: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Omã, Palestina, Qatar, Somália, Sudão, Síria e Tunísia.







tecnologia e financiamento adequado são cruciais para avançar em iniciativas como essa (United Nations Environment Programme, 2022 f). Em uma linha semelhante, o Egito mencionou que as decisões acerca da preservação da natureza para responder aos desafios colocados pela crise climática só podem ser tomadas se houver maior cooperação entre todos os Estados (United Nations Environment Programme, 2022 e).

A relação entre crise climática e conflitos armados é uma preocupação evidente da Palestina, que afirma que os esforços pelo clima e pelo meio ambiente realizados pelo país têm se mostrado ineficazes com a ocupação e os ataques de Israel, pois grandes porções de terra e de seus recursos naturais estão sendo controlados e explorados. Além disso, lixo e resíduos perigosos estão sendo depositados de forma irregular em aterros sanitários, contaminando os ecossistemas. Fica evidente a dificuldade da Palestina em avançar na implementação das SbN, uma vez que os conflitos armados em seu território acabam por aumentar os índices de pobreza, limitando o avanço de ações em prol da preservação do meio ambiente e do clima, além de gerar resíduos perigosos para a natureza e saúde humana. A Palestina pede, então, por um melhor apoio da comunidade internacional para os países menos desenvolvidos e seus programas de desenvolvimento para o meio ambiente, especialmente para os Estados que estão sob ocupação (United Nations Environment Programme, 2022 m).

O papel das SbN para a gestão dos recursos hídricos é outro fator em comum que aparece nos discursos dos países da Liga Árabe, especialmente para combater a desertificação. A Jordânia e a Arábia Saudita, por exemplo, lidam com o desafio da escassez de água estimulando a implementação do sistema *hima* de preservação e regeneração dos ecossistemas<sup>12</sup>, o qual se utiliza de conhecimentos tradicionais da região e possibilita maior cuidado com os recursos hídricos (United Nations World Water Assessment Programme, 2018, p. 81; United Nations Environment Programme, 2022 j). Já o Iraque anunciou uma iniciativa que, por meio do estabelecimento de reservas naturais, busca uma gestão mais abrangente dos recursos hídricos do seu país a fim de lidar com as tempestades de areia e outros eventos decorrentes da escassez hídrica. O Iraque também reconheceu que, por meio de iniciativas na área ambiental, é possível estimular a economia verde para gerar empregos (United Nations Environment Programme, 2022 h).

Dialogando com a questão hídrica, outro tópico muito discutido por países do grupo africano é a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, sendo que tais pontos são fundamentais para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Essa é uma prioridade para as Ilhas Maurício, pois a degradação dos corais tem prejudicado suas praias que são essenciais para fomentar o turismo, que é principal atividade econômica do país. As SbN têm sido utilizadas para restaurar e preservar os corais, de forma a aumentar a resiliência e contribuir para a economia local (United Nations Environment Programme, 2022 l).

Angola e Gabão, por exemplo, têm aumentado suas áreas de preservação ambiental e visam desenvolver ainda mais esses mecanismos de proteção com a inclusão de uma área de preservação marinha (United Nations Environment Programme, 2022 a; United Nations Environment Programme, 2022 g). A iniciativa etíope *Green Legacy*, já mencionada, almejou o plantio de cerca de 20 bilhões de

---

<sup>12</sup> O sistema *hima* de preservação está centrado no controle coletivo sobre as pastagens e na preservação da terra, com a separação de territórios para a regeneração natural (United Nations World Water Assessment Programme, 2018, p. 81).





mudas de árvores até 2022 (United Nations Environment Programme, 2022 f). Já o Iraque desenvolveu uma política de reflorestamento e reservas naturais (United Nations Environment Programme, 2022 h). O Irã, visando a manutenção do ecossistema marinho, trabalhou na conservação de habitats e áreas costeiras e aumentou a área dos manguezais do país visando a preservação do ecossistema, combinada ao combate à escassez hídrica (United Nations Environment Programme, 2022 i).

Outro tema de preocupação dos países africanos e árabes é a questão alimentar, com destaque ao papel que as SbN podem desempenhar no setor agrícola, inclusive para o combate à fome e à pobreza. Essa é uma preocupação da República Democrática do Congo, que solicitou um relatório para compreender a relação de interdependência entre meio ambiente, alimentação e bem-estar humano e animal<sup>13</sup>. O relatório aponta o programa *One Health* (Uma Saúde, em tradução livre) como uma abordagem que busca, por meio da melhoria dos ecossistemas, aprimorar as condições de vida e saúde dos seres humanos e dos animais. Ademais, o relatório aponta como a degradação do meio ambiente tem sido responsável pelo desenvolvimento de doenças que podem ser transmitidas aos seres humanos e animais por meio dos alimentos (United Nations Environment Programme, 2022 d; Food and Agriculture Organization of the United Nations et al., 2022, p. 39-41).

O discurso de Cabo Verde reforçou a importância de estimular a resiliência dos sistemas produtivos e das comunidades por meio da agricultura. Para isso, o país tem investido na criação de economias verde e azul para que, ao tornar a agricultura mais sustentável, seja possível gerar empregos e aumentar a renda da população local, o que possibilita maior segurança alimentar (United Nations Environment Programme, 2022 c). Também relacionado à segurança alimentar, os Emirados Árabes Unidos, junto aos Estados Unidos, desenvolveram a iniciativa intitulada *AIM for Climate* (Objetivo pelo Clima, em tradução livre), que busca ampliar investimentos em inovações agrícolas que contribuam com a ação climática, sobretudo por meio de sistemas alimentares inteligentes. A iniciativa incentiva o intercâmbio de cientistas e a investigação para a ciência e inovação tanto em âmbito nacional como internacional (AIM For Climate, 2024; United Nations Environment Programme, 2022 q). Não fica claro, no entanto, se esta iniciativa é considerada uma SbN, uma vez que a natureza e os ecossistemas não aparecem como a prioridade.

A transição energética é trazida por muitos dos países árabes, como os Emirados Árabes Unidos, como um dos meios de se alcançar o desenvolvimento sustentável na medida em que contribui para combater a crise climática e gerar novos empregos (United Nations Environment Programme, 2022 q). No entanto, nas medidas apresentadas, também não fica claro se as políticas para a transição energética seguem uma abordagem ecocêntrica e se podem ser efetivamente consideradas como SbN.

No geral, tanto os países árabes como os africanos atribuem um papel importante à cooperação regional e internacional como mecanismo para garantir que as SbN sejam implementadas e que os ODS e suas metas sejam alcançados. Nesse sentido, Bahrein e Malauí mencionam que a cooperação global deve fortalecer o financiamento e a transferência tecnológica, enquanto medidas para compensar a

---

<sup>13</sup> O relatório foi publicado em 2022 e é um resultado de uma colaboração entre a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Program das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial para a Saúde Animal (WOAH) (Food and Agriculture Organization of the United Nations et al., 2022).





desigualdade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e, assim, alcançar os ODS (United Nations Environment Programme, 2022 b; United Nations Environment Programme, 2022 k). Tunísia e Emirados Árabes Unidos destacam, ainda, que essas medidas são necessárias para a promoção de uma economia circular, evidenciando que soluções inovadoras e sustentáveis exigem cooperação Norte-Sul e Sul-Sul (United Nations Environment Programme, 2022 p; United Nations Environment Programme, 2022 q).

A disparidade entre Norte e Sul Globais é mencionada também pelo Iraque, que afirma ser necessário levar em consideração as responsabilidades comuns e as especificidades nacionais (United Nations Environment Programme, 2022 h). Essa ideia trazida pelo Iraque e por outros países, como África do Sul (United Nations Environment Programme, 2022 n), reflete o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, o qual reconhece que, apesar de as responsabilidades acerca das questões ambientais serem comuns a todos, cada país possui capacidades específicas de desenvolver políticas para a proteção do meio ambiente. Angola acrescenta que manter esse princípio da Declaração do Rio como base das negociações da UNEA-5 é importante para combater a desigualdade socioeconômica e tecnológica entre os países do Norte e Sul Globais, através de capacitação e assistência aos países em desenvolvimento para que eles consigam atingir os objetivos propostos (United Nations Environment Programme, 2022 a).

Por fim, ao discutir o tema das SbN, a África e a Liga Árabe expressam uma crítica ao método tradicional de desenvolvimento e como os Estados falharam em implementar a pauta ambiental nesse modelo. O Sudão do Sul, por exemplo, afirma que as SbN devem representar muito além de práticas ambientais, mas sim uma alternativa ao modelo de desenvolvimento dado como clássico, alternativa essa que tenha em seu centro a natureza, a fim de combater efetivamente a crise climática e a pobreza. O país defende a necessidade de resoluções que promovam maior esforço, especialmente dos países desenvolvidos, para a ação climática e desenvolver esse novo modelo de desenvolvimento centrado nas SbN (United Nations Environment Programme, 2022 o).

## Referências

- AIM FOR CLIMATE. About AIM For Climate. *Website oficial de AIM For Climate*, 2024. Disponível em: <https://aimforclimate.org/#about-aim-for-climate>. Acesso em: 26 mai. 2024.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO) et al. *One Health Joint Plan of Action (2022–2026): Working together for the health of humans, animals, plants and the environment*. Roma: FAO, UNEP, WHO e WOA, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240059139>. Acesso em: 26 mai. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). *Resolution 5 - Nature-based solutions for supporting for sustainable development*. Adopted by the United Nations Environment Assembly at its 5th session, on 7 March 2022, UNEP/EA.5/Res.5. Disponível em: [www.undocs.org/UNEP/EA.5/Res.5](http://www.undocs.org/UNEP/EA.5/Res.5). Acesso em: 23 abr. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Angola, Ms. Carolina Cerqueira, State Minister for Social Affairs. *Youtube*, 14 de março de 2022 a. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=6V9giruA\\_w0&list=PLZ4sOGXTWw8FyRq8XbkO\\_j7POIVAHEmS&index=3](https://www.youtube.com/watch?v=6V9giruA_w0&list=PLZ4sOGXTWw8FyRq8XbkO_j7POIVAHEmS&index=3). Acesso em: 09 abr. 2024.





- \_\_\_\_\_. Bahrain, Mohamed bin Mubarak bin Daina (Dr.) Special Envoy for Climate Affairs. *Youtube*, 1 de março de 2022 b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JxdeiNPQyzs>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Cabo Verde, Gilberto Correia Carvalho Silva, Minister of Agriculture and Environment. *Youtube*, 1 de março de 2022 c. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=xqyBncYECGU&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO\\_j7POIVAHEmS&index=23](https://www.youtube.com/watch?v=xqyBncYECGU&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO_j7POIVAHEmS&index=23). Acesso em: 27 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Congo, Ms. Eve Bazaiba Masudi, Deputy Prime Minister and Minister for Environment and Sustainability. *Youtube*, 14 de março de 2022 d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BrP58KTKNZg>. Acesso em: 23 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Egypt, Dr. Yasmine Fouad, Minister of Environment. *Youtube*, 14 de março de 2022 e. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hg7u-fdPyPo>. Acesso em: 09 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Ethiopia, Dr. Getahun Garedew Wodaje, Director General Ethiopian Environmental Protection Authority. *Youtube*, 2 de março de 2022 f. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=jmXxE\\_1DO58](https://www.youtube.com/watch?v=jmXxE_1DO58). Acesso em: 09 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Gabon, Mr Lee White, Miniter of Environment. *Youtube*, 2 de março de 2022 g. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1FH5qDzQVok&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO\\_j7POIVAHEmS&index=46](https://www.youtube.com/watch?v=1FH5qDzQVok&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO_j7POIVAHEmS&index=46). Acesso em: 09 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Iraq, Mr. Jasim Abdulazeez Hammadi Al Mohammedi, Minister Technical Deputy, Ministry of Environment. *Youtube*, 12 de março de 2022 h. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=v1\\_H0BOu7PE](https://www.youtube.com/watch?v=v1_H0BOu7PE). Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Islamic Republic of Iran, Dr. Ali Salajegheh, Vice President and Head of Department of Environment. *Youtube*, 12 de março de 2022 i. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=543-otF2X5g>. Acesso em: 09 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Jordan, Dr. Mohammad Alkhashashneh Secretary General, Ministry of Environment. *Youtube*, 14 de março de 2022 j. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aAO4LZsA568>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Malawi, Dr. Yanira Ntupanyama Principal Secretary, Ministry of Forestry and Natural Resources. *Youtube*, 14 de março de 2022 k. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fSHdXVCGXGg>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Mauritius, Mr. Kavydass Ramano Minister of Environment, Solid Waste Management and Climate Change. *Youtube*, 14 de março de 2022 l. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XOTuS1k0XbE>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Palestine, Ms. Tamimi Nisreen, Chairperson of Environment Quality Authority. *Youtube*, 14 de março de 2022 m. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UEHsjC1FUXQ>. Acesso em: 09 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. South Africa, Barbara Creecy Minister of Forestry, Fisheries and the Environment and VP of UNEA. *Youtube*, 12 de março de 2022 n. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dfdy59C5rOA>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. South Sudan, Ms. Josephine Napwon Cosmos, Minister of Environment and Forestry. *Youtube*, 2 de março de 2022 o. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXfr5YNWdCM>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Summary of Africa regional consultations*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 9-10 de outubro de 2023. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43699/Africa\\_regional\\_summary.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43699/Africa_regional_summary.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 28 abr. 2024.





\_\_\_\_\_. Tunisia, Ms Leila Chikhaoui Minister of Environment. *Youtube*, 14 de março de 2022 p. Disponível em: [\\_https://www.youtube.com/watch?v=V7k8jPFAGP4](https://www.youtube.com/watch?v=V7k8jPFAGP4). Acesso em: 25 mar. 2024.

\_\_\_\_\_. United Arab Emirates, Mariam Almheiri, Minister of Climate Change and Environment. *Youtube*, 1 de março de 2022 q. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c9E8N9QuC4g>. Acesso em: 25 mar. 2024.

UNITED NATIONS WORLD WATER ASSESSMENT PROGRAMME (WWAP). *Nature-Based Solutions for Water: The United Nations World Water Report 2018*. Paris: UNESCO, 2018. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef\\_0000261424&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach\\_import\\_cc52ca9b-ccc4-4b43-972c-03ee5e29d213%3F\\_%3D261424eng.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000261424/PDF/261424eng.pdf#%5B%7B%22num%22%3A886%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2C0%2C842%2C0%5D](https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_0000261424&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_cc52ca9b-ccc4-4b43-972c-03ee5e29d213%3F_%3D261424eng.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000261424/PDF/261424eng.pdf#%5B%7B%22num%22%3A886%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2C0%2C842%2C0%5D). Acesso em: 14 abr. 2024.





## Europa Ocidental e JUSSCANZ

Na 5ª sessão da UNEA, os países que compõem o grupo da Europa Ocidental e Outros e o grupo JUSSCANZ<sup>14</sup> defenderam o papel crucial das SbN para alcançar os ODS da ONU. Reforçando o conceito definido pela UNEA em sua resolução 5/5, os grupos regionais entendem as SbN como práticas que utilizam processos naturais para responder aos desafios relacionados principalmente ao meio ambiente. Essas soluções apresentadas incluem, majoritariamente, o desenvolvimento de tecnologias para fomentar a restauração de ecossistemas, a conservação da biodiversidade, a gestão sustentável de recursos naturais e a construção de infraestrutura verde<sup>15</sup> (United Nations Environment Programme, 2023 a, p. 2).

Os países que compõem os grupos da Europa Ocidental e do JUSSCANZ buscam implementar as SbN para alcançar três objetivos principais: a redução das emissões de carbono e outros GEE; a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade; e a redução do uso de plástico. Como grupos de países desenvolvidos, a Europa Ocidental e o JUSSCANZ priorizam o desenvolvimento de pesquisas científicas na área da proteção ambiental e de tecnologias mais sustentáveis para responder aos problemas da tripla crise planetária. Os grupos enfatizam o papel dos conhecimentos científicos para desenvolver tecnologias de filtragem da água, averiguação de áreas desmatadas e regulação da emissão de carbono via desenvolvimento de energias sustentáveis (United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 1).

Os Estados Unidos, por exemplo, mencionam o uso das melhores tecnologias disponíveis para mitigar a poluição, como a construção de telhados verdes, pavimentos permeáveis, sistema de tratamento de águas pluviais, aumento da área verde, entre outros. O país busca reverter a perda da biodiversidade por meio da conservação de 30% do solo até 2030. O uso de drones para reflorestar áreas devastadas por incêndios é comum no país, o que por sua vez ajuda a mitigar a poluição do ar e amenizar os efeitos da tripla crise planetária (United Nations Environment Programme, 2022 d).

Para diminuir as emissões de carbono, alguns países da Europa Ocidental e do JUSSCANZ defendem a adoção de fontes de energia limpa, como solar, eólica e geotérmica. A Islândia é referência na utilização de energias limpas para a proteção do meio ambiente. Um dos projetos que o país participa é o *Wellbeing Economy Governments Partnership* (WEGo; Parceria de Governos pela Economia do Bem-estar, em tradução livre), uma colaboração entre governos nacionais e regionais que têm interesse em promover políticas e práticas que visam construir economias que priorizem o bem-estar das pessoas e do planeta, em contraste com o tradicional foco no crescimento econômico como medida principal de sucesso (Wellbeing Economy Alliance, 2022).

---

<sup>14</sup> JUSSCANZ é um grupo formado por Japão, Estados Unidos, Suíça, Canadá, Austrália, Noruega e Nova Zelândia.

<sup>15</sup> Segundo a Comunicação sobre a Infraestrutura Verde da Comissão Europeia (2013), infraestrutura verde é uma ferramenta para proporcionar benefícios ecológicos, econômicos e sociais através de SbN. A infraestrutura verde baseia-se no princípio de que a proteção e a melhoria da natureza e dos processos naturais, e os muitos benefícios que a sociedade humana obtém da natureza, são conscientemente integrados no planejamento espacial e no desenvolvimento territorial (União Europeia, 2013).





O Canadá também promove tecnologias para redução da emissão de gases do efeito estufa. O país apoia a criação de projetos como o *Nature Smart Climate Solutions* (Soluções Climáticas Inteligentes da Natureza, em tradução livre), que aplica SbN como a restauração e ampliação de florestas para mitigar as mudanças climáticas, incluindo a restauração de ecossistemas (Government of Canada, 2024; United Nations Environment Programme, 2022 b).

A importância da cooperação internacional para o desenvolvimento dessas tecnologias é ressaltada em projetos como o PONDERFUL que, embora não integre todos os países da Europa Ocidental e do JUSSCANZ, conta com a colaboração de países como Alemanha, Suíça, Bélgica, Espanha, Reino Unido, Turquia, entre outros. O projeto explora métodos inovadores para usar lagos e lagoas como catalisadores do desenvolvimento ambiental de outros ecossistemas, além de utilizar organismos marinhos para melhorar a qualidade da água (United Nations Environment Programme, 2022 b, p. 1).

O problema do plástico é uma questão comum aos países dos grupos, que estão focados em promover medidas para a redução desse material devido aos seus impactos ambientais e sociais, assim como fortalecer a cooperação internacional para esse fim. Os países têm debatido a adoção de medidas legislativas (como a proibição de plásticos de uso único em seus territórios), programas e soluções de reciclagem avançadas e mais eficientes e políticas de inovação tecnológica para desenvolver materiais biodegradáveis que contribuam para a preservação do ecossistema terrestre e marinho e sua biodiversidade (United Nations Environment Assembly, 2022 a, p. 1).

A Austrália traz exemplos de boas práticas de SbN, como o *National Waste Policy Plan* (Plano Nacional de Política de Resíduos, em tradução livre) e o *National Plastics Plan* (Plano Nacional de Plásticos, em tradução livre). Ambos os planos visam encontrar alternativas para o uso desnecessário de plásticos e a maximização de sua utilização. Os planos também apresentam medidas de redução do impacto do plástico na natureza, tendo como ações principais a reciclagem, prevenção e conscientização da população sobre os danos causados pelo plástico ao meio ambiente (Australian Government, 2021; United Nations Environment Programme, 2022 a). Investimentos realizados pelo governo australiano no *Pacific Ocean Litter Project* (POLP; Projeto Lixo do Oceano Pacífico, em tradução livre), em colaboração com outros países do Pacífico<sup>16</sup>, visam contribuir com a redução do volume de plásticos descartáveis nesse oceano, intensificado principalmente pelo turismo excessivo e descarte inadequado de lixos domésticos e industriais. O projeto visa preservar a vida marinha e incentivar outros países a tomar providências a partir das diversas SbN (Secretariat of the Pacific Regional Environment Programme, 2024).

O Japão também apresenta iniciativas relacionadas à diminuição do uso do plástico para proteger os oceanos e sua biodiversidade, a partir do estreitamento de laços com países do G20. O programa *Osaka Blue Ocean Vision* (Visão do Oceano Azul de Osaka, em tradução livre) é destinado especificamente à eliminação de resíduos plásticos via conscientização da população a partir de campanhas e investimentos em pesquisas. Ademais, o Japão promove a economia circular como instrumento indispensável para que haja redução, reutilização e reciclagem dos

---

<sup>16</sup>Os demais países que compõem o projeto são: Ilhas Cook, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Kiribati, Nauru, Niue, Palau, Papua, Nova Guiné, Ilhas Marshall, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu.





plásticos, bem como recuperação dos ecossistemas afetados (United Nations Environment Assembly, 2022 c; Osaka Blue Ocean Vision, 2023).

O Reino Unido trouxe uma discussão interessante para o debate das SbN, voltada para o papel povos indígenas nessas práticas. O país reconhece que restaurar e proteger a natureza é a medida mais efetiva e menos custosa para lidar com problemas relacionados às mudanças climáticas e outros problemas sociais, como a fome e a pobreza. Dessa forma, o Reino Unido tem cooperado com países ricos em biodiversidade para promover ações como reverter o desmatamento e a degradação ambiental. O país reconhece que trabalhar com a população local e, especialmente, com os povos originários desses países é crucial. Além disso, o Reino Unido pontua que a cooperação para diminuição da poluição plástica em pelo menos 30%, até o ano de 2024, é essencial para proteger os oceanos e a biodiversidade (United Nations Environment Programme, 2022 c).

O posicionamento da Nova Zelândia se conecta ao do Reino Unido por trazer ações focadas em SbN que articulam a sabedoria e as práticas de povos indígenas. A Nova Zelândia reconhece o papel da comunidade Māori, em seu território, para a preservação e restauração dos ecossistemas e promoção de medidas que coloquem a natureza como prioridade. A visão de mundo da tribo Māori entende que a natureza deve ser respeitada e não explorada, ideia resumida no conceito de “Kaitiakitanga”, que se refere à responsabilidade de proteção e zelo da natureza por parte da humanidade. Assim, a Nova Zelândia propõe que os saberes Māori devem ser incorporados às SbN, rumo às economias sustentáveis e circulares (United Nations Environment Assembly, 2022 b). No entanto, é válido notar que a comunidade Māori está em risco pelos empecilhos causados pelo estilo de vida da sociedade entendida como moderna, que avança sobre sua população.

Em geral, nota-se que os grupos da Europa Ocidental e do JUSSCANZ compreendem que as SbN devem ser orientadas pela redução do uso de plásticos, cooperação com povos indígenas, restauração de florestas, promoção da utilização de energias limpas e aplicação de tecnologias para redução das emissões de GEE na atmosfera. Essas iniciativas refletem um compromisso, embora abrangente, com a sustentabilidade e a mitigação das mudanças climáticas, evidenciando uma abordagem integrada com o meio ambiente para sua proteção.

Contudo, é preciso questionar se o uso de tecnologias para a restauração da natureza pode ser considerado genuinamente como SbN. Esse dilema é particularmente relevante considerando que os países desenvolvidos da Europa Ocidental e do JUSSCANZ historicamente degradaram o meio ambiente durante as eras colonial e industrial, mas agora buscam restaurar essa destruição de forma artificial, por meio da tecnologia. Fica em aberto também como será possível conciliar a tecnologia com uma abordagem ecocêntrica e os conhecimentos dos povos originários, como proposto por Reino Unido e Nova Zelândia, especialmente em países em desenvolvimento.

## Referências

AUSTRALIAN GOVERNMENT. National Plastics Plan. *Website oficial de Australian Government*, 10 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.dcceew.gov.au/environment/protection/waste/plastics-and-packaging/national-plastics-plan>. Acesso em: 28 mar. 2024.







- GOVERNMENT OF CANADA. Nature Smart Climate Solutions Fund. *Website oficial de Government of Canada*, 13 de março de 2024. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/environment-climate-change/services/environmental-funding/programs/nature-smart-climate-solutions-fund.html>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- OSAKA BLUE OCEAN VISION. G20 Implementation Framework for Actions on Marine Plastic Litter. *Website oficial de Osaka Blue Ocean Vision*, 28 de julho de 2023. Disponível em: <https://g20mpl.org/archives/1328>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- SECRETARIAT OF THE PACIFIC REGIONAL ENVIRONMENT PROGRAMME. The Pacific Ocean Litter Project. *Website oficial do Pacific Ocean Litter Project*, 2024. Disponível em: <https://www.sprep.org/polp>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- UNIÃO EUROPEIA (UE). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Infraestrutura Verde — Valorizar o Capital Natural da Europa*. Eur-Lex, 52013DC0249, 2013. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52013DC0249&from=IT>. Acesso em: 21 jun. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). *Resolution 14 - End plastic pollution: towards an international legally binding instrument*. Adopted by the Environment Assembly at its 5th session, on 7 March 2022 a, UNEP/EA.5/Res.14. Disponível em: [www.undocs.org/UNEP/EA.5/Res.14](http://www.undocs.org/UNEP/EA.5/Res.14). Acesso em: 28 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *New Zealand National Statement, Delivered by Permanent Representative to the UN Environment Programme, Mr. Nathan Glassey*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairóbi, Quênia, 28 de fevereiro-2 de março de 2022 b. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38519/New%20Zealand%20-%20National%20Statement%20-%20UNEA5%20-%20February%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 mar.2024.
- \_\_\_\_\_. *Statement by Mr. Yutaka Shoda, Vice-Minister for Global Environmental Affairs, Japan*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairóbi, Quênia, 28 de fevereiro-2 de março de 2022 c. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38509/Statement%20by%20Mr.%20Yutaka%20SHODA-Japan%20on%20UNEA%205.2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Australia, Ms. Sussan Ley, Minister of the Environment. *Youtube*, 1 de março de 2022 a. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=gc-XE2-WaMs&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO\\_j7POIVAHEmS&index=7](https://www.youtube.com/watch?v=gc-XE2-WaMs&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO_j7POIVAHEmS&index=7). Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Canada, Steven Guilbeault, Minister of Environment and Climate Change. *Youtube*, 1 de março de 2022 b. Disponível em: <https://youtu.be/D7lCBdcnXM8?si=iol3WO-Z06Oo16us>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *NbS Examples Submitted by The European Union to the Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 a. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/44152/EU.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Summary of WEOG regional consultations*, 2023. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 b. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43682/WEOG\\_regional\\_summary\\_final.pdf?sequence=3](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43682/WEOG_regional_summary_final.pdf?sequence=3). Acesso em: 28 abr. 2024.





- \_\_\_\_\_. United Kingdom, Dr. Cheryl Case, Deputy Director, Department for Environment, Food and Rural Affairs. *Youtube*, 14 de março de 2022 c. Disponível em: <https://www.youtube.com/embed/uDuepTfrH-Q>. Acesso em: 28 abr.2024.
- \_\_\_\_\_. United States of America, Ms. Monica Medina, As. Secretary of State for Oceans and International Environment Affairs. *Youtube*, 2 de março de 2022 d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xJrdRbm04e8>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- WELLBEING ECONOMY ALLIANCE. Wellbeing Economy Governments. *Website oficial de Wellbeing Economy Alliance*, 2022. Disponível em: <https://weall.org/wego>. Acesso em: 28 abr. 2024.





## Grupos principais e partes interessadas

Os grupos principais e as partes interessadas representam setores da sociedade civil que participam das discussões da UNEA e trazem suas demandas, nem sempre alinhadas com a posição oficial dos Estados-membros, e tendem a pressioná-los por decisões que levem em consideração principalmente as perspectivas e necessidades sociais e a proteção e preservação ambiental. Assim, mesmo não tendo poder de voto nas decisões da UNEA, os grupos principais e as partes interessadas são importantes para a UNEA, pois lutam pelas demandas da sociedade civil organizada.

Para compreender o que esses grupos entendem por SbN, deve-se levar em consideração que eles possuem contextos e interesses distintos e muito particulares, conforme suas respectivas realidades, e isso transparece na forma como compreendem essas práticas. Ainda assim, os grupos principais e as partes interessadas presentes na UNEA convergem em alguns aspectos, especialmente porque compartilham entre si o interesse comum na proteção do meio ambiente e promoção da sustentabilidade.

Os grupos principais e as partes interessadas convergem também na busca por SbN que sejam inclusivas, equitativas e eficazes, reconhecendo a importância da participação de grupos que são muitas vezes excluídos dos debates ambientais, como crianças, jovens, mulheres e povos indígenas e tradicionais. Dessa forma, a promoção do diálogo, da cooperação e da ação coletiva é um ponto central em suas agendas, refletindo o entendimento de que os desafios ambientais e sociais requerem esforços conjuntos e colaborativos para serem enfrentados de forma eficaz.

Alguns grupos principais, como o das Crianças e da Juventude, dos Povos Indígenas e das Autoridades Locais, têm como foco promover a participação ativa e o protagonismo desses grupos nas decisões e na implementação das SbN. Reconhecendo a diversidade de perspectivas e experiências dentro da sociedade civil, esses grupos entendem que as SbN só podem ser eficazes se incorporarem os conhecimentos tradicionais e as práticas sustentáveis desenvolvidas por comunidades locais e povos indígenas ao longo de gerações (United Nations Environment Programme, 2023 a, p. 3; United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 1-3; United Nations Environment Assembly, 2022 c, p. 1-2).

Para esses grupos principais, as SbN devem ser construídas de baixo para cima, levando em consideração as necessidades e os valores desses grupos, garantindo sua participação ativa na tomada de decisões e na implementação das soluções. Dessa forma, além de promover a conservação ambiental, as SbN também se tornam instrumentos de justiça climática e ambiental, promovendo a inclusão social, fortalecendo as comunidades e contribuindo para a construção de sociedades mais equitativas e sustentáveis.

Outro ponto em comum no posicionamento dos grupos principais e das partes interessadas diz respeito à abrangência do conceito de SbN, que pode acabar por mascarar práticas que continuam prejudicando a natureza. Essa crítica parte especialmente do grupo principal dos Povos Indígenas, que condena a maneira como as SbN têm sido associadas a soluções falsas, que não trazem respostas reais aos problemas em questão (United Nations Environment Programme, 2023 a, p. 2).





Apesar dos pontos em comum, existem algumas pautas específicas defendidas por cada um dos grupos principais e das partes interessadas. Por exemplo, o grupo principal dos Povos Indígenas enfatiza a urgência de uma mudança sistêmica na forma como a humanidade lida com a natureza, especialmente para combater as mudanças climáticas (United Nations Environment Programme, 2023 a, p. 3). A inclusão de conhecimentos e práticas tradicionais nas SbN, com base em aspectos culturais, espirituais e identitários, é uma prioridade no posicionamento desse grupo principal. Essa posição é convergente com a parte interessada Conselho Circumpolar Inuit, que entende as SbN não apenas como estratégias de restauração e conservação ambiental, mas também expressões das suas comunidades e seus modos de vida, culturas e tradições sobre como viver em harmonia com a natureza (United Nations Environment Assembly, 2022 b, p. 1). Dessa forma, prevalece na posição desses representantes a luta pela integração desses conhecimentos milenares às soluções contemporâneas para os desafios ambientais.

Ainda que não seja o foco de suas prioridades de negociação, o grupo principal das Crianças e da Juventude fortalece a demanda dos Povos Indígenas ao defender a inclusão de jovens indígenas no processo de proteção e monitoramento de áreas protegidas. O Instituto Raoni, localizado no Brasil, por exemplo, é responsável por proteger e monitorar mais de dois milhões de hectares de terras indígenas, incentivando os jovens membros da comunidade Kayapó a documentar o desmatamento ilegal e outras atividades que colocam em risco a integridade de seu território. Além disso, o Instituto ensina métodos de agricultura sustentável e agrofloresta para apoiar a conservação da terra indígena. Essas ações demonstram a importância da juventude indígena para a conservação da biodiversidade e preservação ambiental (United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 10).

O grupo principal das Crianças e da Juventude também é responsável pelo envolvimento dos jovens na restauração de manguezais e áreas úmidas em El Salvador. Ao participarem ativamente desse projeto de restauração, os jovens compreendem a importância da preservação desses ecossistemas não apenas para a biodiversidade local, mas também para a mitigação das mudanças climáticas. Os manguezais e as áreas úmidas desempenham um papel crucial na captura de carbono atmosférico e na regulação do clima regional, além de oferecerem habitat para diversas espécies. Portanto, ao se envolverem na restauração desses ambientes, os jovens demonstram um entendimento da interconexão entre a biodiversidade e o clima e trabalham ativamente para promover a sustentabilidade e a resiliência ambiental em suas comunidades (United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 11).

Para a ONG Fundo Mundial para a Natureza (WWF), uma parte interessada da UNEA, as SbN possuem um papel central na redução de emissão dos GEE para combater as mudanças climáticas. O WWF defende a eliminação dos combustíveis fósseis e o uso de fontes de energia renováveis, bem como a restauração de áreas marítimas e terrestres para a redução de GEE. As SbN também são vistas como um caminho para garantir a segurança alimentar e a saúde da população se utilizadas para aumentar a resiliência de sistemas de produção de alimentos, inclusive de comunidades tradicionais. Mas a ONG alerta que se deve tomar cuidado para evitar que as SbN sejam utilizadas para reforçar práticas predatórias sobre a natureza (United Nations Environment Programme, 2023 f, p. 3; p. 5).

A parte interessada IBON International, uma ONG internacional que visa promover o desenvolvimento de países do Sul Global e sediada nas Filipinas, apresenta uma postura mais cética em relação às SbN e sua contribuição para





redução de emissão de GEE. A ONG alega que o conceito tem criado espaços para o “colonialismo de carbono” e práticas de *greenwashing*, que prejudicam a natureza e não levam em consideração as necessidades das comunidades locais, especialmente aquelas localizadas no Sul Global. A IBON International também expressa sua preocupação com a utilização das SbN como uma estratégia para somente mitigar os efeitos das atividades prejudiciais ao meio ambiente, em vez de abordar diretamente suas causas fundamentais. Isso não significa que as SbN não sejam importantes ou eficazes, mas sim que devem ser parte de uma estratégia mais ampla e abrangente que aborde tanto os sintomas quanto as causas subjacentes dos problemas ambientais. Portanto, considera crucial garantir que as SbN sejam implementadas de maneira complementar aos esforços mais amplos de redução de danos ambientais e proteção dos ecossistemas (United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 1-2).

Outras partes interessadas, como a Pax pela Paz (ONG neerlandesa que trabalha com a proteção de civis em conflitos armados) e a Rede do Terceiro Mundo (ONG internacional sediada na Malásia e que busca articular os países do Sul Global para a promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável), enfatizam a importância das SbN para a mitigação da crise climática. Essas soluções são decisivas para a conservação e restauração de ecossistemas naturais, como florestas, manguezais e áreas úmidas, que desempenham um papel crucial na regulação do clima, na absorção de carbono e na proteção contra desastres relacionados ao clima. Além disso, essas partes interessadas reconhecem a interconexão entre biodiversidade e clima e defendem a proteção e recuperação da diversidade biológica como parte integrante das estratégias de mitigação climática baseadas na natureza (United Nations Environment Programme, 2023 c, p. 3-4; United Nations Environment Programme, 2023 e, p. 1-3).

Já para o grupo principal das Autoridades Locais, a prioridade é garantir a coerência, coordenação e cooperação na governança e promover legislação ambiental como passos fundamentais para implementar as SbN, a fim de lidar com os desafios da tripla crise planetária. Isso porque a falta de coesão e coordenação entre os diferentes níveis decisórios dificulta a implementação eficaz de políticas públicas e internacionais que envolvam as SbN. Para reverter esse quadro, medidas como a implementação de políticas de energia limpa, transporte sustentável, gestão de resíduos e uso sustentável dos solos a nível local, devem ser tomadas. Por meio da governança, o grupo principal das Autoridades Locais busca também defender a participação de grupos marginalizados nas tomadas de decisão que envolvam SbN, agindo em defesa da justiça climática. Para o grupo, é crucial corrigir a injustiça intrínseca às mudanças climáticas, em que as comunidades que menos contribuem para o problema são as mais afetadas por seus impactos devastadores. Portanto, a justiça climática busca assegurar que as comunidades mais vulneráveis, que enfrentam os efeitos adversos dos eventos climáticos extremos, tenham acesso a recursos e medidas de adaptação adequadas. Isso inclui não apenas a distribuição equitativa de recursos, mas também o reconhecimento dos direitos das comunidades afetadas e a promoção de políticas e práticas que abordem as desigualdades sociais e econômicas exacerbadas pelas mudanças climáticas (United Nations Environment Assembly, 2022 c, p. 1-2).

A associação entre SbN e as respostas para os desafios sociais é enfatizado também por partes interessadas como a IBON International e a Rede do Terceiro Mundo. Ambas as ONGs reconhecem que o bem-estar humano está intrinsecamente ligado à saúde do meio ambiente e que promover a conservação e restauração dos





ecossistemas pode gerar benefícios sociais significativos, como a promoção de empregos que incluam mulheres e jovens para a redução da pobreza, especialmente em países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos. Com isso, essas ONGs demandam uma abordagem mais ampla das SbN, que vá além do pilar ambiental do desenvolvimento sustentável, para abordar também os direitos humanos e as necessidades das comunidades mais vulneráveis (United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 2; United Nations Environment Programme, 2023 e, p. 3).

A IBON International destaca a importância de considerar o impacto das políticas ambientais nos direitos das comunidades rurais de linha de frente, mulheres, pobres urbanos, povos indígenas e outros grupos sociais, enfatizando que as SbN que não abordam esses direitos não são eficazes (United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 1). A Rede do Terceiro Mundo levanta preocupações sobre as implicações das SbN para os povos indígenas e as comunidades locais, exigindo o respeito e a proteção de seus direitos, conforme estabelecido pelas leis e normas internacionais de direitos humanos (United Nations Environment Programme, 2023 e, p. 3).

Já a PAX pela Paz amplia a discussão sobre os impactos das SbN para as questões sociais ao envolver também os impactos positivos dessas ações para a promoção da paz e segurança, uma vez que a degradação ambiental e a escassez de recursos naturais muitas vezes estão associadas a conflitos e instabilidade. Portanto, promover práticas que protejam e restaurem os ecossistemas pode contribuir para a prevenção de conflitos e para a construção da paz. Segundo a PAX pela Paz, a gestão eficaz e sustentável dos recursos naturais é essencial para o processo de construção da paz, pois fortalece a resiliência das comunidades e da infraestrutura contra adversidades ambientais (United Nations Environment Programme, 2023 c, p. 2).

Em suma, os grupos principais e as partes interessadas, através de seus diferentes posicionamentos e contribuições, têm desempenhado um papel crucial no debate sobre SbN, fornecendo uma visão crítica sobre essas práticas, especialmente aquelas que parecem reforçar a visão predatória do ser humano sobre a natureza. Assim, enquanto os Estados-membros da UNEA trazem exemplos de boas práticas sobre SbN para enfrentar os desafios ambientais, é papel dos grupos principais e das partes interessadas questionar a autenticidade e eficácia dessas medidas, pois podem variar em sua implementação e impacto real. Também desempenham um papel crucial na avaliação crítica das soluções propostas, garantindo que sejam fundamentadas em evidências sólidas e alinhadas com os objetivos reais de sustentabilidade, ambiental, social e econômica de longo prazo (United Nations Environment Assembly, 2022 a, p. 2).

Dessa forma, enquanto os Estados-membros fornecem a base política e regulatória para a implementação das SbN, os grupos principais e as partes interessadas trazem conhecimentos técnicos, experiências práticas e perspectivas diversificadas para enriquecer o debate e catalisar ações concretas. Sua contribuição inclui o fornecimento de dados e evidências científicas, o desenvolvimento de estratégias de engajamento da sociedade civil e a promoção da responsabilidade corporativa e da inovação tecnológica. Sua participação ativa fortalece o papel da governança global e impulsiona a implementação efetiva de SbN.





## Referências

- UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). *MGS Joint Closing statement*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairóbi, Quênia, 28 de fevereiro-2 de março de 2022 a. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38626/MGS%20Joint%20Closing%20statement%20UNEA%205.2%20on%202%20March%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Statement by the Inuit Circumpolar Council, Dalee Sambo Dorough, International Chair*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairóbi, Quênia, 15 de fevereiro de 2022 c. 2022 b. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38639/Inuit%20Circumpolar%20Council%20-%20Dalee%20Sambo%20Dorough%20-%20UNEA%205%20-%2014%20Feb%202022%20TEXT.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Statement by the Local Authorities Major Group*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairóbi, Quênia, 28 de fevereiro-2 de março de 2022 c. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38512/LAMG%20Statement%20UNEA%205.2\\_1March\\_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38512/LAMG%20Statement%20UNEA%205.2_1March_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 20 jun. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). *An Approach to Nature-Based Solutions from Indigenous Peoples Major Group*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 a. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42532/Indigenous\\_Peoples\\_NbS\\_Submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42532/Indigenous_Peoples_NbS_Submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 30 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *NbS Examples Submitted by Children and Youth Major Group to the Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 b. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/44151/ChildrenandYouth\\_MajorGroup.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/44151/ChildrenandYouth_MajorGroup.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 30 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *PAX for Peace - NGO Recommendations to the First Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 c. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42348/PAX.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Submission for the First Global Consultation on 'Nature Based Solutions' - IBON International*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 d. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42431/IBON\\_nature-based\\_solutions.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42431/IBON_nature-based_solutions.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 08 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Submission from Third World Network (TWN) on nature-based solutions*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 e. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42349/Network.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *WWF 2<sup>nd</sup> Submission to the Intergovernmental Consultations on Nature-based solutions*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 f. Disponível em: [http://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43668/WWF\\_2nd\\_NbS\\_submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43668/WWF_2nd_NbS_submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 08 mar. 2024.





[www.famun.com.br](http://www.famun.com.br)

 [famunfacamp](#)

 [famunfacamp](#)

 [facampfamun1](#)

 [famun@facamp.com.br](mailto:famun@facamp.com.br)

